

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação
- Educação Científica e Formação de Professores -



PPG.ECFP

Programa de Pós-Graduação em
Educação Científica e Formação de Professores



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE CIÊNCIAS: TENSÕES E
POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ANDREIA BARRETO CHAVES

2022

ANDREIA BARRETO CHAVES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE CIÊNCIAS: TENSÕES E
POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título Mestre em Educação Científica e Formação de Professores.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana do Nascimento Silva.

Jequié/BA - 2022

Ficha Catalográfica

N244e Chaves, Andreia Barreto.

Educação ambiental e o ensino de ciências: tensões e potencialidades na educação infantil / Andreia Barreto Chaves.- Jequié, 2023.
114f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Profa. Dra. Silvana do Nascimento Silva)

1.Educação Ambiental 2.Educação Infantil 3.Ensino de Ciências
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 370.71

Rafaella Câncio Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Campus Universitário de Jequié/BA
Programa de Pós-Graduação
Educação Científica e Formação de Professores

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O
ENSINO DE CIÊNCIAS: TENSÕES E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Autor/a: Andreia Barreto Chaves
Orientador/a: Silvana do Nascimento Silva

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por
Andreia Barreto Chaves e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: 06/12/22

Assinatura do/a orientado/a

SrSilva

.....
Nome (Silvana do Nascimento Silva)

Comissão Julgadora:

SrSilva

(Silvana do Nascimento Silva - PPG-ECFP)

Talamira Taita Rodrigues Brito

(Talamira Taita Rodrigues Brito -UFU/PPG-ECFP)

Angélica Cosenza Rodrigues

(Angélica Cosenza Rodrigues - UFJF)

Dedicatória

Aos meus filhos, Victor Henri e Henzo Henrique.

Agradecimentos

Ao iniciar esse texto são tantos os momentos que me veem a mente, que não poderia iniciar esse texto sem agradecer ao nosso Amado Pai, Ele que é FORTE e GRANDE, sempre foi minha força e fortaleza. Muito obrigada Senhor, por me oportunizar mais essa conquista. A Ti toda honra e poder sempre! “Quem como Deus? Ninguém!”

À minha mãezinha do Céu que tanto intercedeu para que essa vitória chegasse! Que ela possa com seu manto sagrado cuidar de cada um de vocês que fizeram parte dessa jornada.

Aos meus filhos Víctor Henri e Henzo Henrique e ao meu esposo Givanildo, a eles todo meu agradecimento e homenagens, por terem suportado minhas ausências e por serem presença nos momentos em que mais precisei, amo vocês.

Aos meus pais, Helena e Ailton, eles que me ensinaram a ser quem sou hoje, foram exemplos de persistência, resistência e amor, muito amor, obrigada por serem tão dedicados e zelosos. Vocês serão sempre meus exemplos por toda a vida! Amo vocês!

Aos meus irmãos, Flávia e Gabriel, vocês são sinônimos de companheirismo, lealdade, amizade e amor! Muito obrigada pelos incentivos e cumplicidade de sempre, amo vocês!

Aos meus cunhados, André e Sara, a vocês que foram torcida nesse caminhar, muito obrigada por todo apoio e ajuda!

À minha sogra e meu sogro, muito obrigada pela força, carinho e cuidado de sempre!

Aos amigos que a vida me presenteou, Aidê, Gilmar e Elania, sei que posso contar com vocês sempre, obrigada por estarem sempre ao meu lado.

À toda minha família, por estarem sempre ao meu lado!

À família Super Passo, vocês foram fundamentais para essa conquista:

À minha orientadora Silvana do Nascimento, a senhora foi muito importante nesse caminhar, dedicada, compreensiva, atenciosa, conduziu essa pesquisa de maneira leve e gentil. Obrigada, por acreditar em mim! A senhora é show!!!

Ao GPEA-FP com esse grupo cresci e continuo crescendo, muito obrigada pela oportunidade de fazer parte de um grupo tão acolhedor e inteligente.

Ao ANA, juntos descobrimos que somos mais fortes, obrigada pela oportunidade de crescer intelectualmente com vocês!

À Thais Mendes, tão generosa e acolhedora, trouxe as palavras certas para o momento exato, muito obrigada!

À minha turma, mesmo de maneira virtual sempre conseguimos nos apoiar e superar aos obstáculos juntos! Sucesso para todos nós!

À UESB e ao Programa de pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores, obrigada por todo apoio nesse processo de construção!

Aos nossos professores que se entregaram por nós na jornada das aulas online, vocês são de excelência, muito feliz em ter tido professores como vocês.

Às pareceristas que compuseram a banca, Prof^a. Dr^a. Angélica Cosenza a Prof^a. Dr^a. Talamira Taita Rodrigues, obrigada pelas preciosas contribuições para essa pesquisa.

À equipe gestora da escola que forneceu seus documentos para a construção dos dados dessa dissertação, obrigada por todo apoio.

A todos aqueles que participaram ativamente, incentivando, apoiando e aqueles que estiveram na torcida, orando e enviando vibrações positivas para que mais essa conquista fosse possível.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

Epígrafe

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPECFP-UESB), tem por objetivo analisar as tensões e potencialidades da interface entre Educação Ambiental e o ensino de Ciências no contexto da Educação Infantil. Apoiando-se na seguinte questão norteadora: “Quais as tensões e potencialidades na promoção da interface entre a Educação Ambiental Crítica e o ensino de Ciências na Educação Infantil?” A pesquisa está ancorada nas chamadas abordagens qualitativas. A Dissertação é organizada em estrutura multipaper, composta pela apresentação da pesquisadora, introdução, referencial teórico, metodologia que abrange a pesquisa documental/bibliográfica; os resultados são apresentados no formato de dois artigos, e, por fim as considerações finais e referências. O primeiro artigo trata de um levantamento, identificando como os artigos dos grandes eventos de Ciências e Biologia abordam a Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil. O segundo está baseado em uma pesquisa Documental, com o objetivo comprovar ou não, objetivos para a EA em interface com o ensino de ciências por meio da análise de documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógicos e Projetos) de uma escola pública de EI. Os dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016). A pesquisa apontou para algumas tensões e possibilidade do desenvolvimento de um trabalho no campo da Educação Ambiental Crítica com alunos de Educação Infantil: no artigo um, mesmo diante da análise de diversos textos, encontramos um número muito pequeno que trata sobre educação ambiental no contexto da educação infantil. Ao final do artigo dois, percebe-se que algumas tensões permeiam sobre a construção de um documento capaz de organizar uma proposta didática que dialogue com as questões escolares e as socioambientais. A pesquisa demonstrou ainda, algumas ações pedagógicas desenvolvidas no campo da educação ambiental crítica e que por meio da ludicidade, jogos, desenhos, brincadeiras e atividades em áreas abertas, observa-se indícios da realização de um trabalho voltado para as questões socioambientais ainda na educação infantil.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Infantil. Ensino de Ciências.

ABSTRACT

The present study, linked to the Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPECFP-UESB), aims to analyze the tensions and potentialities of the interface between Environmental Education and Science teaching in the context of Early Childhood Education. Based on the following guiding question: "What are the tensions and potentialities in the promotion of the interface between Critical Environmental Education and Science teaching in Early Childhood Education?" The research is anchored in the so-called qualitative approaches. The Dissertation is organized in a multipaper structure, composed by the presentation of the researcher, introduction, theoretical framework, methodology that covers the documental/bibliographical research; the results are presented in the format of two articles, and, finally the final considerations and references. The first article is a survey, identifying how articles from major Science and Biology events approach Environmental Education in the context of Early Childhood Education. The second one is based on a documental research, with the objective of proving or not, objectives for EE in interface with science teaching through the analysis of pedagogical documents (Political Pedagogical Project and Projects) of a public school of EI. The data were analyzed in the light of Content Analysis, according to Bardin (2016). The research pointed to some tensions and possibility of the development of a work in the field of Critical Environmental Education with students of Early Childhood Education: in article one, even facing the analysis of several texts, we found a very small number that deals with environmental education in the context of early childhood education. At the end of article two, we realize that some tensions permeate the construction of a document capable of organizing a didactic proposal that dialogues with school and socio-environmental issues. The research also showed some pedagogical actions developed in the field of critical environmental education and that through playfulness, games, drawings, games and activities in open areas, there are indications of the realization of a work focused on socio-environmental issues even in early childhood education.

Keywords: Environmental Education. Early Childhood Education. Science Teaching.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Técnica da Análise de Conteúdo de Bardin	49
Figura 2 - Imagens do projeto	95
Figura 3 - Contação de história e confecção do cabelo de Lelê em forma de carta.....	95
Figura 4 - Confecção de bonecas com garrafa pet	95
Figura 5 - Contação de histórias e desfiles	95
Figura 6 - Filme Kirikú e apresentação da história e cultura africana, além de jogos e dinâmica do abraço com músicas	95
Figura 7 - Espaços preparados para receber os alunos	101

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Organização dos artigos selecionados.....	50
Tabela 02 - Grade Analítica Conceitos	51
Tabela 03 - Grade Analítica	52
Tabela 04 - Categorias obtidas da análise documental do PPP	52
Tabela 05 - Informações sobre a escola	91

Lista de Quadros

Quadro 1 - Organograma	19
Quadro 2 - Artigos Publicados sobre a Educação Ambiental no Contexto da Educação infantil	64

Lista de Abreviaturas e Siglas

BA	Bahia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EA	Educação Ambiental
EI	Educação Infantil
EC	Ensino de Ciências
ENEBIO	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
EPEA	Encontro Pesquisa em Educação Ambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PD	Projeto Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL	25
1.1 Educação e a formação humana na Educação Infantil.	25
1.1.1 O ensino na Educação Infantil e as bases Legais	29
1.1.2 A educação Quilombola na Educação Infantil	32
1.1.3 O Ensino de Ciências na Educação Infantil	34
CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL	36
2.1 A Educação Ambiental e o contexto atual	36
2.1.1 Relação Criança e Meio Ambiente	38
2.1.2 A interface entre educação ambiental e ensino de ciências na educação infantil: uma interlocução possível	40
CAPÍTULO 3: O CAMINHAR METODOLÓGICO	43
3.1 Delineamento Metodológico	43
3.1.1 Natureza e tipo da pesquisa	44
3.1.2 Temática estudada	45
3.1.3 Contexto e sujeitos da Pesquisa	46
3.1.4 Análise e tratamento dos dados	48
3.1.5 Etapas da Pesquisa	49
3.1.6 Primeira etapa: levantamento bibliográfico	49
3.1.7 Segunda etapa: Análise dos projetos de uma escola Municipal de Jequié-BA	51
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
Artigo 01 - Levantamento dos artigos com foco em Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil no EPEA, ENPEC e ENEBIO	54
Artigo 02 - Educação Ambiental na Educação Infantil: um olhar sobre uma escola municipal quilombola via projetos pedagógicos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110

APRESENTAÇÃO

A infância é uma fase que sempre me conquistou, por ser essa uma época de características próprias, com tantas descobertas e crescimento. É nesse momento que o ser humano desenvolve habilidades e cognições que serão base para a vida adulta.

Piaget (1978) afirma que há uma diferença qualitativa entre a lógica infantil e a lógica adulta, por ser a primeira, mais simples, leve e lúdica, na qual, serão desencadeados alguns processos mentais que servirão de base a lógica para o adulto, já as conexões adultas vão se tornando mais complexa de acordo a evolução dos anos. O que nos instiga a pensar que nessa etapa vivemos uma das fases mais importantes da vida do ser humano e seguramente, a que mais fornecerá subsídios para a evolução humana.

A Educação Infantil surge em minha trajetória muito cedo, durante a infância, quando meus pais fundaram uma escola, inicialmente com turmas de Educação Infantil, depois ensino primário e nos dias atuais atendemos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

Em todo esse caminho percorrido como pedagoga, há mais de 15 anos nessa escola particular em um bairro periférico de Jequié-BA, observava com afincos as questões de comportamentos, que estivessem ligados a esse estágio da vida, acreditando ser essa uma fase que necessita de muitas atenções, investigações e pesquisas.

Sempre trabalhei com projetos pedagógicos e foi assim que me encontrei com a Educação Ambiental (EA), no momento de comemoração ao dia do meio ambiente. Atividades como oficinas de reciclagem, caminhadas ecológicas, palestras, filmes ou músicas eram utilizadas como estratégias metodológicas do projeto que estávamos trabalhando com as crianças.

A partir dessas vivências, fui percebendo o quanto essa “temática”, que mais tarde pude compreender que não se tratava de um tema e sim de um campo, uma área de estudos, aberta as mais diversas possibilidades, encantava as crianças. E como elas gostavam de trabalhar com a Educação Ambiental. Aos poucos entendi

que realmente era um espaço, onde sempre fiquei muito confortável, aprendendo e ensinando por meio de trocas e construções.

Ao cursar o magistério, tive um segundo contato com a EA, a partir de um projeto de estágio, no qual elaboramos várias atividades para serem desenvolvidas com os alunos. Foi sem dúvida uma grande experiência com a EA.

No segundo estágio, agora já na Universidade no curso de Pedagogia, com turmas de Educação Infantil, tive a oportunidade de trabalhar novamente com a EA, durante os planejamentos e execução desse projeto, fui percebendo um trabalho diferenciado com a EA. Essa não se preocupava apenas com as questões ambientais, mas com todas as construções sociais que poderíamos proporcionar àquelas crianças, levando em conta o contexto em que os alunos estavam inseridos.

Após a graduação, fui convidada por uma colega a visitar um grupo de pesquisa que trabalhava com a EAC, o Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Professores - GPEA-FP, espaço este, no qual fui descobrindo as diversas possibilidades que o campo da EA nos oferece, tanto para vida profissional, como na vida pessoal. Frequentei algumas reuniões e fui me encantando com todos esses caminhos. Por questões burocráticas, o grupo parou por um tempo e devido a isto, acabei me afastando.

Após este momento, abriu seleção para aluno(a) especial do curso de Mestrado da UESB, Universidade que frequentei. Dentre tantas disciplinas ofertadas, EA foi a que me atraiu. Ao ser selecionada pelo programa para cursar a referida disciplina, pude redimensionar todas as ideias e aprendizados que eu tinha da EA. Foram tantas discussões socioambientais que não poderia engavetar todo aquele conhecimento.

Após um tempo, reingressei na Universidade como mestrande do mesmo programa que cursei a disciplina como aluna especial. Ao desenvolver o projeto, me recordei da escola pública que tanto colaborou com minha formação, no magistério e na graduação, local onde fiz meus estágios. Me perguntei, por que não desenvolver minha pesquisa naquela instituição que tanto colaborou com minha formação?

Prontamente fui atendida por minha orientadora e pela gestão da instituição. Em plena Pandemia, fomos reestruturando nosso projeto para que

coubesse nesse novo formato de processo de ensino e aprendizagem. Com o Projeto elaborado e todas as devidas autorizações em mãos, partimos para a pesquisa.

De início, precisávamos contextualizar nossa pesquisa, conhecer mais sobre o que estava se discutindo e publicando sobre a temática. A vontade era muito grande de estudar sobre a EA e a EI, mas, tínhamos que entender e buscar a real relevância daquele estudo. Partindo desta reflexão, procuramos compreender se realmente a pesquisa teria viabilidade para ambos os campos.

Por minha experiência de anos trabalhando com EI, tinha uma certa noção do que estava sendo trabalhado nos grandes eventos e periódicos na área da pedagogia, entretanto, como o meu projeto estava sendo desenvolvido em interface com ciências, precisava compreender esse novo campo, que surgia e nos desafiava.

Nesse contexto, partimos para nosso primeiro desafio, estudar, buscar, refletir e pesquisar sobre Educação Ambiental em interface com o ensino de Ciências na EI.

Entendendo que a EA é um campo amplo, que cabe num trabalho interdisciplinar, mas especificamente nesse trabalho, estaríamos desenvolvendo esses dois espaços dentro do ensino de ciências. Com o objetivo de *analisar as tensões e potencialidades da interface entre EA e o ensino de Ciências no contexto da EI*. Buscando compreender: *Quais as tensões e potencialidades na promoção da interface entre a Educação Ambiental Crítica e o ensino de Ciências na Educação Infantil?*

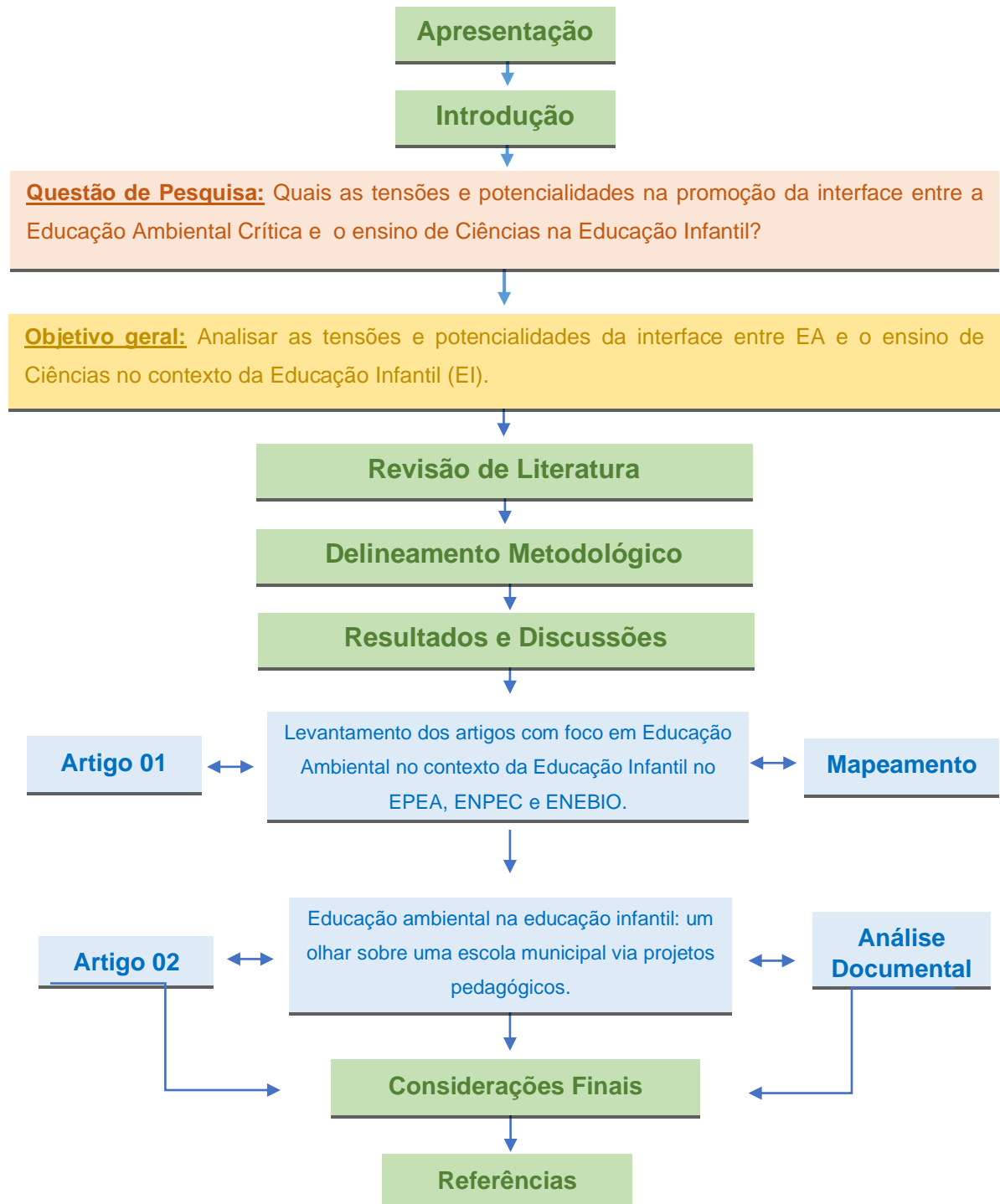
Apresentamos nessa dissertação que está configurada no formato Multipaper, *“Educação Ambiental e o Ensino de Ciências: Tensões e Potencialidades na Educação Infantil*. O estudo foi orientado pela profa. Dra. Silvana do Nascimento Silva, a pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPECFP-UESB). Nível de Mestrado e Doutorado Acadêmico – integra o Sistema Nacional de Pós-graduação. Aprovado pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), com nota 4 outorgada pelo comitê – Técnico Científico (CTC) da CAPES.

Partindo da concepção sobre a importância dessa temática aos estudos e discussões no meio acadêmico, oportunizando uma maior visibilidade, pois,

entendemos que ela ainda é pouco difundida em eventos, publicações e universidades que tratam de Educação Ambiental e Educação Infantil. Apresentamos abaixo, um organograma a fim de detalhar a dissertação nesse formato.

Quadro 01 - Organograma: Estrutura da Dissertação Multipaper.

Fonte: Elaboração da autora



INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive há décadas submersa numa crise ocasionada pelo uso desenfreados dos recursos disponíveis no meio ambiente. Essa crise não se reduz apenas aos fatores ambientais, mas, sim, aos políticos e sociais. Os desafios são inúmeros para reverter tal crise, a forma como cada ser humano se porta e comporta diante do ambiente e do outro, fala diretamente sobre as necessárias mudanças que a sociedade precisa passar.

Na relação homem-natureza, o capitalismo impera e os interesses particulares do ser humano se sobrepõem aos interesses socioambientais. TIRIBA (2010), alerta sobre a possibilidade da finitude dos recursos naturais, a autora afirma que o meio ambiente já não suporta está a serviço dos lucros e riquezas obtidas pelo homem através da exploração dos recursos naturais. Ao mesmo tempo que já percebemos sinais de que o planeta não suporta mais este aproveitamento abusivo, no qual, só um lado se beneficia.

Há muitos anos, o meio ambiente pede socorro, percebemos isso através das catástrofes naturais ocasionadas pela poluição, desmatamento dentre outros fatores. Com isso, os desastres ocasionados pelas guerras, pandemia, disputas políticas e por diversos outros fatores vêm ocasionando danos por vezes irreversíveis ao Planeta Terra. Devemos olhar com mais atenção e cuidado para esse local que tanto nos proporciona.

O que por vezes observamos, é a Terra ser tratada como um utensílio descartável, que a qualquer momento poderá ser substituída por outro espaço, e esse novo ambiente serviria para suprir as necessidades e anseios da sociedade capitalista que vivemos.

Percebemos um verdadeiro desrespeito ao nosso planeta, enquanto grandes pesquisas concentram-se suas forças em descobrir a possibilidade de outros planetas comportarem vida, percebemos pouco empenho na busca por soluções para findar ou amenizar a crise socioambiental que estamos inseridos.

As transformações são inúmeras, precisam começar por cada um, e assim atingir o todo. Nesse sentido a Educação Ambiental assume um papel importante para que novas posturas sejam tomadas frente a esses problemas socioambientais.

Paulo Freire (2004) afirma que a libertação dos seres humanos acontece por meio de uma educação libertadora. O autor ainda nos alerta para que a escola não se constitua num espaço de reprodução do modelo capitalista imposto pelo modelo social. Esse espaço deve ser libertador, alunos e professores devem ser capazes de se constituírem como seres sociais altamente capazes da crítica, do diálogo e da mudança de cultura.

Na obra *Pedagogia da autonomia*, Freire (2003) compreende que o ensinar exige um educador com espírito crítico, sujeito aberto ao novo e inserido em uma prática reflexiva. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 2003, p. 38). O autor afirma que é pensando e refletindo sobre a prática atual ou passada que os educadores poderão melhorar suas próximas práticas. E conduzir seus alunos a práticas mais reflexivas, críticas e transformadoras. Isso em todas as modalidades de ensino, seja no ensino fundamental, educação infantil ou ensino superior.

Percebendo a Educação Ambiental (EA) como prática respaldada com a formação de indivíduos preocupados com questões socioambientais, como afirmam Layrargues e Lima (2014), é que precisamos assegurar a inserção da EA em todas as modalidades de ensino como já foi citado anteriormente. Com isso, teríamos um despertar crítico de nossos alunos ao enfrentamento das questões socioambientais.

Com a crise mundial que estamos enfrentando, entendemos que não dá para alunos e professores ficarem à margem de todas essas discussões socioambientais. É comum ouvimos falar da realização de eventos como simpósios e reuniões a fim de discutir meios para a preservação e cuidados com o ambiente. Apesar de tantas metas definidas ao final desses eventos, quais os objetivos que de fatos são alcançados? A realidade é que muito se discute, contudo, pouco tem sido feito e continuamos observando a ação humana como ponto principal de destruição e desvalorização dos recursos naturais, como acontece frequentemente com as queimadas na Amazônia.

Nessa direção, a EA oferece meios para a mudança de cultura, na sociedade, na qual o ser humano precisa ser agente de transformação no local onde está inserido. Nesse sentido, Freire (1979, p.84) afirma que “ Educação não transforma o

mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo”. Deste modo, a “Educação Ambiental se constituiu com base em propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas” (LOUREIRO, 2008, p. 3).

Trazendo a discussão para o contexto escolar, destaca-se que a EA se estrutura como proposta pedagógica, nos quais, alunos e professores devem permear suas discussões e ações em prol de uma sociedade mais justa e sustentável. Para Loureiro, a Educação Ambiental é reconhecida como “de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de sociedade” (2008, p. 3).

Os desafios são inúmeros, particularmente os relativos às transformações pelas quais a educação escolar necessita passar. Um desses desafios está relacionado ao modo como a EA é tratada nas instituições de ensino, visto que, geralmente remete-se ao trabalho com datas comemorativas, reciclagem ou trabalhos pontuais de preservação.

Incidindo diretamente em temas recorrentes a formação docente, concepções de ensino e práticas pedagógicas, temas estes que se circulam nos simpósios, encontros acadêmicos e pesquisas de mestrado como das autoras: Azevedo (2017); Santos (2017) e Santos (2019), cujo desafio centra-se em reconfigurar o espaço escolar, em que as práticas e saberes tradicionalmente estabelecidos sedimentados e disseminados apontam sinais inequívocos de esgotamento, especialmente no tocante ao ensino.

Diante deste cenário, é impossível não refletir sobre quais caminhos nossas escolas de EI estão seguindo quando o assunto é a EA. A formação crítica aliada a uma postura consciente originará crianças preparadas para enfrentar o mundo.

Freire, pensa o ser humano e conseqüentemente as crianças como seres históricos e produtores de cultura, elas precisam de uma formação que lhes permita perceber que são: “(...) seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem” (FREIRE, 2000, p.40).

A aprendizagem na EI é extremamente necessária, é nesta etapa que são desenvolvidas as habilidades e criatividade que futuramente serão de extrema necessidade para resolução de problemas da vida adulta. Ela é a base do

desenvolvimento humano.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil Volume 1, defende “caracterização das instituições de EI a partir de definições legais, entendendo que um sistema educacional de qualidade é aquele em que as instâncias responsáveis pela gestão respeitam a legislação vigente” (BRASIL, 2006a, 1v, p.10).

A Base Nacional Comum Curricular, comumente conhecida como BNCC, é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil (BRASIL, 2016), aponta para o que Silva e Loureiro (2020, p.03) chamam de “silenciamento da Educação Ambiental como campo”.

Segundo os autores supracitados, o documento oficial abre espaço para o esvaziamento das discussões socioambientais que a Educação Ambiental Crítica objetiva, buscando uma maior participação da sociedade exercendo a democracia e cidadania, prática indispensável ao cidadão capaz de fazer acontecer as transformações necessárias.

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1, é importante reafirmar que a história da construção de uma EI de qualidade no Brasil já percorreu muitos caminhos, já contou com muitos protagonistas, já alcançou resultados significativos e identificou obstáculos a serem superados. Para o documento, as crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade.

É impossível se pensar na formação do cidadão crítico, participativo e reflexivo à margem da participação autônoma do processo de aprendizagem, no entanto, as concepções sobre EA e as práticas docentes se mantêm presas ao movimento de ensino tradicional vivido no passado

Pesquisas e estudos têm evidenciado a relevância de uma ressignificação do ensino da Educação Ambiental Crítica desde a educação infantil. Trabalhos como o de Loureiro (2003), Lima (2009) e Layrargues (2011) corroboram com esta preocupação, visando contribuir com o rompimento de uma visão ingênua e

romantizada sobre ensino de EA e com práticas meramente pontuais de ensino. Daí decorre a questão norteadora deste estudo: **Quais as tensões e potencialidades na promoção da interface entre a Educação Ambiental Crítica e o ensino de Ciências na Educação Infantil?**

Na busca por resposta ao nosso questionamento, estaremos contemplando os seguintes objetivos:

Geral: Analisar as tensões e potencialidades da interface entre Educação Ambiental e o ensino de Ciências no contexto da Educação Infantil.

Específicos:

- ✓ Identificar como os artigos publicados nos grandes eventos de ciências e biologia abordam a EA no contexto da EI.
- ✓ Comprovar ou não, objetivos para a EA em interface com o ensino de ciências por meio da análise de documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógicos e Projetos) de uma escola pública quilombola de EI.

Com base no exposto e considerando a importância da pesquisa acadêmica para tal discussão, aprecia-se nesta pesquisa a metodologia qualitativa. Bogdan e Biklen (1994), afirmam que a investigação qualitativa surgiu de um campo inicialmente dominado por práticas de mensuração, elaboração de testes de hipóteses variáveis etc., da qual “[...] alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16).

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

É expressivamente notório que no seio da sociedade contemporânea existe a necessidade de estudos que avancem com a inserção da Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil. Ao longo desse capítulo iremos nos ater a Educação Infantil, objeto de pesquisa dessa dissertação, juntamente com a Educação Ambiental, por acreditar que seja o caminho a ser percorrido para que novas representações, concepções e práticas sociais comecem a surgir na sociedade.

1.1 Educação e a formação humana na Educação Infantil.

O conceito educação é bastante amplo. Existem inúmeras definições apresentadas, como por exemplo, o dicionário Aurélio, que conceitua educação como substantivo feminino, e ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém. Trazendo para essa definição mais conceitual, pode-se entender que educação é um desenvolvimento que ocorre através de práticas dentro de um processo formal.

O dicionário ainda apresenta, educação como formação e capacitação do ser humano de acordo aos ideais e a cultura de cada povo, ou seja, a capacidade que os povos têm de evoluir segundo suas compreensões de mundo e suas tradições.

Para o respeitado educador Paulo Freire, a educação “é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática” (FREIRE, 2003, p.40). O autor acredita na existência do conhecimento, para ele é algo inacabado e em constante construção a partir da experiência social dos seres humanos sobre o mundo. Ele aponta para a experiência, para a ação-reflexão de maneira que o ser humano possa interagir como o mundo e o mundo com o ser humano.

Seguindo essa mesma linha, Demerval Saviani (2003) o idealizador da Pedagogia Histórico-Crítica, afirma que educar é um ato de produção, “produção de saberes”, pois a humanidade em anos de evoluções conseguiu elaborar conceitos sobre tudo que cerca o ser humano.

Refletindo sobre esses conceitos e opiniões, compreende-se que a educação faz parte da vida humana desde o nascimento, nas quais, as pessoas iniciam seu processo de socialização e aprendizagem com o mundo e com o outro. A educação é construção, troca, experiência, exercício, teorias, aprendizados, ensinamentos, que pode acontecer nos mais variados ambientes constituídos na sociedade. Para a educação formal, nós temos as escolas e para os informais, a família, a igreja, trabalhos, dentre outros espaços.

Analisando a História da Educação, observamos que esta, sempre foi marcada por conflito de interesses, disputas e interesses ideológicos, daqueles que não queriam perder o poder. E, assim, foi instrumentalizada na busca pela doutrinação e/ou instrução. Saviani (1997) aponta que dentro destes conflitos entre as classes, houve o surgimento de pedagogias diferenciadas, com modelos e orientações diversas, sempre altamente imbuídas em todas as vertentes e pedagogia do século atual.

Sendo assim, a educação formal é vivida seguindo teorias, modelos, e objetivos para a transformação da sociedade, nem sempre com caráter emancipador e crítico. Dentro das escolas brasileiras, ainda se percebe amarras de uma educação tradicional, autoritária e cercadas de interesses.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação escolar e formal no processo de ensino ao longo da vida, sendo ela integrante a educação advinda das famílias. Família e Escola devem estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autônomo, livre e solidário.

É também durante esse momento que a criança já vive e convive em sociedade, são detentores de cultura e informações advindas do mundo externo. Mais um fator para que essas crianças sejam preparadas desde pequenas para o enfrentamento das necessidades socioambientais que o mundo exige.

Não é raro ouvirmos na mídia ou em conversas informais entre pessoas de uma mesma comunidade que as crianças “são o futuro do amanhã”, pergunto-me como isso torna-se possível, uma vez essas nem sempre são percebidas como seres pensante e atuante dentro do seu espaço de convivência. Tal premissa destaca a

urgência de avançarmos com estudos que possam contribuir com o trabalhos desenvolvidos no campo da Educação Ambiental Crítica, nas salas de aula da Educação Infantil.

A atenção neste texto, segue especialmente com um olhar atento a Educação Infantil, por ser considerada a base da formação humana. É nesta fase que o indivíduo é convidado a lidar com sua autonomia, pois, quando a criança é retirada da família e alocada na escola, é posta na sociedade sem os laços e proteções que a prendem aos seus. Precisam fazer escolhas, relacionar-se com outras pessoas, posicionar-se e lidar com as diferenças impostas pela sociedade. Conforme vão se desenvolvendo e crescendo e vão construindo relações, conhecendo o mundo que há cerca, para o Educador Paulo Freire (1983, p. 36) o ato de conhecer é tão vital como comer ou dormir.

Sabemos que a curiosidade e a descoberta são fatores que contribuem para o movimento da vida humana. De acordo com Freire (2003, p.94), o processo de ensino-aprendizagem deve estar centrado em experiências estimuladoras, a medida em que as crianças vão conhecendo, vão se desenvolvendo, criando, recriando, estão também transformando suas brincadeiras em novas descobertas. Nessa perspectiva, “ao ensinar, o professor deve ter liberdade e autoridade” (FREIRE, 2003, p.104).

O reconhecimento do direito à educação para crianças de 0 a 6 anos e a instituição da Educação Infantil, como a primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), fizeram crescer consideravelmente o debate em torno das políticas públicas e práticas educativas para crianças no Brasil.

Antes deste período, o movimento da escola nova priorizava a criança e seu movimento para a experimentação e descoberta. Alguns estudiosos como Piaget, Vygotsky e Wallon registraram em suas obras estudos sobre a criança, como a importância de respeitar a fase de desenvolvimento de cada um e sobre a necessidade da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.

Como já mencionado, a Educação Infantil se tornou uma modalidade de ensino obrigatória recentemente, ainda estamos dando alguns passos em torno de

um currículo significativo à cada espaço e na formação continuada dos docentes que atuam nessa etapa de ensino.

Santos (1961, p.33) afirma que:

Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar, com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. Nessas condições, o ensinar compreende todas as operações e processos que favorecem e estimulam o curso vivo e estimulante da aprendizagem (SANTOS, 1961, p.33).

Concordando com o autor, entendemos que o ensino para educação infantil precisa respeitar o limite de cada criança, o excerto acima nos faz refletir sobre esse espaço do educando, o quanto precisa ser considerado, e também sobre a rotina, que necessita ser pensada e preparada pelos educadores, levando em conta todas essas especificidades tão necessárias e importantes às crianças nessa faixa etária.

Pensando mesmo num espaço de diálogo, de troca, curiosidade, brincadeiras e muita ludicidade. Assim, Freire (1996, p.96), afirma que:

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1996, p.96).

Dessa maneira, o processo de ensino aprendizagem se torna um desafio contínuo, uma constante procura, na busca do crescimento físico, intelectual, social e emocional de cada criança. Entende-se que mesmo diante de inúmeras teorias e pedagogias, não existe uma fórmula, mas, o que Libâneo chama de concentração de esforços, de acordo com Libâneo (1999):

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo (LIBÂNEO, 1999, p. 59).

Com o avanço tecnológico as informações e conhecimentos têm mudado com muita velocidade, o que impõe aos docentes desse século muito mais, estudos, preparos e habilidades no trabalho com seus alunos. A formação continuada é uma grande aliada nesse processo, aumentando o desenvolvimento e aprimorando cada vez mais o trabalho docente, conseqüentemente o desempenho com seus alunos.

1.1.1 O ensino na Educação Infantil e as bases Legais

Segundo Kramer (2006), a Educação Infantil vem ocupando o centro dos debates educacionais nas últimas décadas, a medida em que a sociedade estava evoluindo, algumas necessidades foram aparecendo com mais força.

Com a visão assistencialista das creches e espaços para crianças de 0 a 6 anos, o entendimento que se tinha desses locais eram para manter os cuidados necessários as crianças, enquanto seus pais trabalhavam. Para Tiriba (2010, p.2):

Creches e pré-escolas são espaços privilegiados para aprender-ensinar porque lá as crianças colhem suas primeiras sensações, impressões, sentimentos do viver. Sendo assim, a dimensão ambiental não poderia estar ausente, ou a serviço da dimensão cultural, ambas deveriam estar absolutamente acopladas.

Nesse sentido, a EA pode ser desenvolvida desde a modalidade da EI, de maneira lúdica, por meio de experiências que favoreçam o contato com a natureza e reflexões acerca das consequências do consumismo e as expectativas da sociedade em relação ao ambiente. Dessa maneira, alunos entre 4 e cinco anos, podem fazer as primeiras aproximações com a Educação Ambiental Crítica.

Com o passar dos tempos, alguns estudiosos começaram a visualizar as crianças como pessoas que também tinham direitos na sociedade. Dispositivos legais como Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas, afirma que é preciso proporcionar melhores condições as crianças.

A Constituição Federal, em seu art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo o Plano Nacional de Educação Infantil de 2018, há mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, porém, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

Dessa forma, cabe ao Estado proporcionar locais e preparar profissionais com formação adequada ao trabalho com crianças nessa faixa etária, dando plena

condições para o desenvolvimento educacional desses alunos, o que antes era dever da família começa a ser compartilhando com o Estado.

Partindo daí, começam ações na tentativa de implementar o ensino formal para crianças da Educação Infantil, a fim de garantir esse direito às crianças. Apenas no início do século XX, o tema passou a ganhar relevância nacional, através da fundação de instituições e da criação de leis voltadas para as crianças.

Com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) sancionada em de 1996, surge um importantíssimo movimento em torno da Educação Infantil. Ela traz alguns aspectos que reafirmam a necessidade de investimento e ao mesmo tempo de direitos para essa modalidade de ensino, tais como:

- Art. 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- Art. 30: A educação infantil será oferecida em: **I** creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; **II** - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Conforme a Emenda Constitucional nº 59, que antecipa a obrigatoriedade da educação básica em dois anos e dessa forma em 2013, a extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB, ficando explícito que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas em instituições de Educação Infantil.

Elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais foram originadas pela LDB de 1996, orientando algumas competências e diretrizes de todas as modalidades de ensino, inclusive para a Educação Infantil. O objetivo é nortear currículos para formação comum, trazendo como principal aspecto a separação entre o cuidar e o educar, dois pontos bastante confundidos na Educação Infantil, pois, por anos a Educação Infantil conviveu com a ideia de que escola para crianças de 0 a 6 anos eram apenas assistencialistas.

Com a elaboração do DCNEI, temos no Art. 4º:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O documento apresenta a criança como o centro de todo o processo, na qual, não só deve ser oferecido os cuidados essenciais, e sim o protagonismo de todo o processo de ensino, pois elas não devem ser reprodutoras de práticas e sim criadoras e modificadoras dessas práticas, por meio de mediações e exploração de todos os espaços e contextos possíveis a elas.

Fazendo referência a BNCC (2017, p. 40), o documento aponta em um dos campos de experiências, “Espaço, tempo, quantidade e transformações” e ressalta a relação sobre a natureza enfatizando que as crianças [...] “Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza” (BRASIL, 2017, p. 40).

A inclusão dessa modalidade de ensino, como etapa obrigatória ao ser humano do documento, reforça a necessidade de um olhar mais crítico e fundamentado por parte das escolas e profissionais dessa etapa. A BNCC é um documento oficial, foi formulado com a ajuda de dezenas de profissionais atuantes na educação, apresenta referências e diretrizes para as instituições de ensino orientando na preparação dos currículos escolares e propostas pedagógicas para todos os ciclos da educação básica. Um ato importante realizado pela BNCC é o reconhecimento das creches e pré-escolas como ambientes fundamentais no processo de desenvolvimento da criança, por ser o primeiro afastamento das crianças de seus pais.

Todas essas Leis ou documentos apresentam normas para criação de uma estrutura única ao ensino de EI no Brasil. Na Bahia, também existe um documento normativo que regulamenta Educação Infantil no estado, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) - Volume 1. É um documento orientador de normas, proposta pelo estado, para organização dos referenciais curriculares e organização por meio dos Projetos Políticos Pedagógico. Ele tem como bases a BNCC, pensando

na identidade da cultura baiana, bem como suas singularidades e diversidades. O que potencializa um currículo mais contextualizado às nossas escolas.

No DCRB também se encontra referências sobre as modalidades da educação básica, em especial, daremos destaque a educação quilombola, visto que, a escola que faz parte desse estudo é caracterizada como tal. Vejamos na próxima seção a interface da educação quilombola na EI.

1.1.2 A educação Quilombola na Educação Infantil

Entendendo a história de aprisionamento e escravização sofrida pelos povos negros e suas consequências, bem como o processo de formação dos quilombos em nossa sociedade, podemos afirmar que as comunidades remanescentes dos quilombos têm suas vidas constituídas por meio de lutas, pelas sobrevivências e pela construção de políticas que possam ser capazes de reparar as desigualdades ocasionadas aos seus antepassados, desigualdades essas, que infelizmente ainda se perpetuam na sociedade brasileira.

Como já comentado anteriormente, as DCNEI regulamentaram sobre o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil (Brasil, 2009, art. 3º, 5º e 8º, § 1º, I e II,) e também sobre a diversidade étnico-racial (Brasil, 2009, art. 6º; 7º, V; 8º, § 1º VIII e IX e § 3º). No artigo 3º, o documento proporciona fundamentação legal para que uma proposta pedagógica possa incluir uma educação de qualidade, significativa que respeite a autonomia, história e diversidades presentes na cultura quilombola:

3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças, filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, **quilombolas**, caiçaras, povos da floresta, devem:

II - Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

IV - Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. (DCNEI, 2009, grifo nosso).

A partir dos pontos I, IV e V o documento direciona para uma proposta baseada na autonomia, desenvolvimento intelectual, molar e afetivo dessas crianças, respeitando as suas origens e mais do que isso, a educação quilombola precisa propiciar para essas crianças novas vivências, de maneira que as tradições e culturas possam continuar vivas em suas raízes culturais.

Sabe-se que as relações entre meio ambiente e seres humanos ocasionam conhecimento, pensando na valorização dos costumes, crenças, proporcionando o empoderamento dessas crianças. Podemos discorrer sobre a contribuição que o ensino de ciência em interface com a educação quilombola pode acrescentar nas reflexões necessárias a formação intelectual desse aluno. Aliando os conhecimentos tradicionais e científicos a uma proposta, na qual o ensino de ciências possa colaborar com o trabalho docente no âmbito da cultura quilombola. O que poderá proporcionar cidadãos críticos, autônomos e altamente capazes de fazer as transformações desejáveis atendendo as necessidades de sua comunidade.

É perceptível que a partir da interface da educação quilombola e o ensino de ciências na educação infantil, as crianças podem desenvolver habilidades por meio das experiências, observações e conversas proporcionadas pela junção desses campos, trata-se, portanto, de um fértil terreno de aprendizagem.

O DCRB surge assegurando os direitos desses alunos oriundos das comunidades quilombolas, de maneira que garanta o trabalho educacional voltado para as especificidades de cada local, dando atenção as origens, costumes, regras e valores do seu contexto social. De acordo com o documento, é essencial a atuação de professores e direção na construção de um currículo com mais autonomia, direcionado para a educação baiana, com objetivo de desenvolver habilidades de empoderamento ao enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea, dentro ou fora do estado Baiano.

Para que de fato a educação quilombola se concretize nas comunidades oriundas dos quilombos, precisa-se que as políticas públicas e que as leis sejam respeitadas e eficazes, dando voz e vez as escolas, e seus profissionais. Investindo em formação docente específica a formação do povo quilombola e proporcionado

recursos necessários ao sucesso dessa proposta pedagógica que é tão necessária à essas crianças.

1.1.3 O Ensino de Ciências na Educação Infantil

O ensino de ciências na educação Infantil tem se reconfigurado como um campo aberto ao novo, cada dia mais o ensino tradicional vem perdendo seu espaço para que um novo jeito de ensinar e aprender se concretize nas escolas. Segundo Piaget (2001, p. 20) a primeira infância “é o tempo de maior criatividade na vida de um ser humano” e assim uma etapa que nos apresenta um mundo de novas possibilidades, de novas experiências, sabedorias e curiosidades que movem a vida. É nessas possibilidades que o processo formal de ensino se abre para novas possibilidades de desenvolvimento, pensando nas especificidades dos educandos nessa faixa etária.

Ao observamos uma criança, presenciamos a maneira genuína que elas percebem o mundo ao seu redor, tudo com muitas cores, amores e dúvidas que contribuem diretamente para seu crescimento intelectual, social e emocional tão necessários ao seu desenvolvimento para a vida em sociedade.

Rogers, em 1954 já ressaltava que,

“[...] há uma necessidade social desesperada de comportamentos criativos por parte dos indivíduos. [...] Em um tempo em que o conhecimento, construtivo e destrutivo, está avançando de forma acelerada em direção a uma era atômica fantástica, uma adaptação genuinamente criativa parece se apresentar com a única possibilidade para o homem manter-se à altura das mudanças caleidoscópicas de seu mundo...” (ROGERS, 1954, p. 249- 250).

Constituindo a criança como autoras de sua própria história, o autor afirma que elas precisam estar preparadas para participar ativamente de escolhas, diálogos e ações na sala de aula, isso contribuirá para o desenvolvimento de sua autonomia e criatividade, adjetivos tão necessários a vida humana.

A educação infantil mostra-se como promissora ao processo de ensino aprendizagem de ciências, uma vez que essa modalidade de ensino demonstra grandes possibilidades de vivência no processo de construção e formação de sua personalidade. Por meio da experiência, curiosidade, criatividade, exploração e brincadeiras, elas conseguem aprender e interagir com o mundo e com seus pares.

Para Pozo (2012, p. 7), o professor deve posicionar-se como mediador, observador, selecionando materiais e metodologias para que as crianças atinjam os objetivos planejados previamente. Orientando e estimulando a criança no aprofundamento de conhecimentos, criando hipóteses e, com o tempo, poder estruturar conhecimentos científicos e significativo.

Seguindo essa premissa, pode-se desmistificar que o ensino de ciências é para os cientistas em laboratórios, pois sabe-se que a alfabetização pode ser uma etapa que propõe um trabalho que culmine na construção de cidadãos com valores éticos, críticos para colaborar com a vida das pessoas, em sociedade e pensando também no meio ambiente.

Lorenzetti e Delizoicov (2001), colocam a escola como uma grande aliada nesse processo, ela pode contribuir grandemente com o processo da Alfabetização Científica. Contudo, precisam de algumas estratégias ligadas ao seu planejamento de maneira que coloquem seus alunos em contato com os saberes da ciência, por meio de histórias, visitas a locais que tratem de temas específicos das ciências, entre outros. “[...]reforçando a necessidade de que o professor pode, através de escolha apropriada, abordar os significados da conceituação científica veiculada pelos discursos contidos nestes meios de comunicação” (LORENZETTI e DELIZOICOV, p. 53, 2001). De maneira que seus alunos criem autonomia a partir de experiências significativas.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação escolar e formal no processo de ensino ao longo da vida, sendo ela integrante a educação adquirida pelas famílias. É também durante esse momento que a criança vive e convive em sociedade, e já são detentores de cultura e informações advindas do mundo externo. Mais um fator que explicita a importância da preparação das crianças, desde pequenas para o enfrentamento das necessidades socioambientais que o mundo exige.

Não é raro ouvirmos na mídia ou em conversas informais entre pessoas de uma mesma comunidade que as crianças “são o futuro do amanhã”, pergunto-me como isso torna-se possível, uma vez que essas nem sempre são percebidas como seres pensante e atuante dentro do seu espaço de convivência. Será que a EA pode contribuir para a formação das crianças não só para o futuro, mas principalmente no presente, no agora? A seguir abordaremos com mais profundidade a EA e o contexto atual na tentativa de buscarmos uma relação entre seus objetos de conhecimento e a EI.

2.1 A Educação Ambiental e o contexto atual

O nosso país possui uma variedade de recursos disponíveis a vida. Infelizmente o ser humano não tem conseguido fazer o uso adequado desses recursos e presenciamos sérias degradações em nosso dia a dia, que trarão consequências ao futuro do planeta, na verdade não só ao futuro, a sociedade atual já consegue sentir esses efeitos.

Nesse contexto, a Educação Ambiental começa a ganhar visibilidade por meio da 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente Humanos, que ocorreu em Estocolmo na Suécia em 1972, a partir da necessidade de sanar os problemas ambientais. No Brasil, na década de 80, algumas ações já vinham acontecendo em prol de atos que cuidasse e se preocupasse com o futuro do meio ambiente. Com a aprovação da Constituição federal de 1988, no Capítulo VI sobre o meio ambiente, é instituído como competência do poder público, a necessidade de “promover a Educação

Ambiental em todos os níveis de ensino” (art. 225, parág. 1. Inciso VI), esses movimentos ganharam forças.

A partir daí, abriu-se espaço para uma democratização ao acesso as redes de proteção e cuidado com o meio ambiente. Segundo Carvalho (2006, p. 71), a “Educação Ambiental é considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização”. E assim, iniciam incessantes movimentos que buscam a preservação dos recursos naturais em detrimento ao esgotamento dos mesmos.

Observando o campo da Educação Ambiental no Brasil, percebemos fortes movimentos de desmonte de ações em prol das lutas socioambientais. Ressaltamos um grande aumento da destruição ambiental, enquanto aqueles que deveriam estar a serviço da fiscalização e do cuidado são impedidos de executar suas funções a serviços de novas normas por abandono dos poderes responsáveis em regulamentar e efetivar as leis brasileiras.

Atualmente, o discurso tem sido incorporado as práticas vazias ou camuflada pela “aparente” luta para o cuidado com o meio ambiente. Ou seja, muito se tem falado e pouco conquistado, e isso deve-se ao crescente movimento do “Anti-Ecologismo” ele que é um “fenômeno social que basicamente se expressa por meio de práticas discursivas, simbólicas, políticas, institucionais e inclusive criminais, que tem como propósito afetar negativamente aspectos específicos tanto o imaginário social como a prática ecologista.” (LAYRAGUES, 2020, p.3).

Com esse conceito, o autor nos convida a reflexão sobre os interesses compartilhados por aqueles que estão no poder. Por um lado, nunca se ouviu tanto sobre as preocupações com o futuro das questões socioambientais, por outro, nunca observamos tantas impunidades diante desses acontecimentos.

Os anti-ecologistas separam a sociedade entre aqueles que se preocupam e agem em prol da melhoria da vida no planeta e aqueles que “fazem de conta” que trabalham e conquistam espaços de preservação, cuidados, discussões em defesa das questões ambientais.

Para LAYRAGUES (2020, p.3), “Os anti-ecologistas são aqueles que veem não apenas a defesa ambiental, mas particularmente a defesa ambiental pautada por

quaisquer controles regulatórios estatais que limitem a expressão da livre-iniciativa do mercado, como um obstáculo a ser superado, ou seja algumas oportunidades são criadas pensando no planeta, mas na verdade o que está sendo visado é o lucro e o capital. LAYRARGUES (2020, p.3) ainda salienta que, o movimento “demarca o surgimento de um novo tempo histórico, que não se via desde os anos 70” demonstrando um forte interesse do capitalismo em arrecadação máxima, sem preocupação alguma com as consequências e os impactos das injustiças socioambientais. Mas, o que isso pode influenciar na EI e principalmente na relação criança e meio ambiente?

2.1.1 Relação Criança e Meio Ambiente

O processo de ensino-aprendizagem geralmente reflete os interesses sociais, a educação vai se moldando de acordo as necessidades das pessoas e do contexto de cada época. Desde a chegada de novos povos vindos de outras partes do mundo para as terras brasileiras, percebemos que a educação é instituída como um bem a serviço de uma grande hegemonia.

A história da educação no Brasil é marcada por inúmeros momentos de doutrinação dos nativos da terra, em função da grande sociedade que pensava em escravizar nosso povo para servi-los e explorar o país. “Os índios são papel em branco”, escreveu, certa vez, o líder jesuíta no Brasil, o padre Manuel de Nóbrega, em carta enviada à corte portuguesa.

E, dessa forma, a “educação formal brasileira” começa a dar passos rápidos para o aprisionamento de uma cultura existente aqui, os índios já viviam em sociedade, pertenciam a uma cultura própria. Mas, os povos recém chegados ao Brasil, trataram de desconstruir essa formação e começam a dar passos largos na “educação” para os índios. E de maneira desordenada e confusa para os índios, a educação foi se transformando em instrumento de alienação, e, até os dias atuais infelizmente, podemos observar vestígios desse passado tão presente em nossas escolas. Uma perpetuação de educação em prol do capitalismo, da exploração do meio e do ser humano.

Anísio enfatizou que a “escola não pode ficar no seu estagnado destino de perpetuadora da vida social presente. Precisa transformar-se no instrumento consciente, inteligente do aperfeiçoamento social” (TEIXEIRA, 2000, p.113). A escola necessita de práticas de ensinamentos e aprendizagens que dialoguem com os problemas sociais e ambientais, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes, críticos e reflexivos, que comecem agir agora, ainda no presente.

Por meio do ambiente escolar, a criança pode começar a aprender sobre as alterações ambientais, sobre a degradação que o meio ambiente vem sofrendo. Ela pode ir percebendo qual a nossa responsabilidade em tudo isso e pode também começar a entender as possibilidades de mudanças que estão ao nosso alcance para transformar essa realidade. Desde que, a realidade seja posta em sua rotina na sala de aula.

O professor costumava apresentar uma visão romântica do meio ambiente, muitos verdes, plantas, animais, frutos, tudo totalmente “perfeito” e em harmonia. Com a crise mundial afetando a todos, os currículos escolares estão voltando-se para a necessidade do cuidado e preservação do ambiente em que vivemos e atividades que retratem isso estão ganhando espaço dentro dos ambientes escolares. No entanto, ainda são tímidos os avanços, pois, as discussões ficam atreladas apenas ao ambiente e as práticas socioambientais não são direcionadas como deveriam. É mister atividades mais críticas, fortes que levantam não só a questão ambiental, como também a social. Tozoni-Reis (2004, p. 22) destaca:

Assim, se a relação homem-natureza representa a intencionalidade da ação humana no ambiente, essa intencionalidade diz respeito ao processo educativo. Dessa forma, o estudo crítico-reflexivo das representações acerca da educação é a dimensão pedagógica da problemática ambiental, particularmente da educação ambiental.

Assim sendo, não podemos continuar com práticas educacionais vazias e sem criticidade. Devemos estimular essa intencionalidade que a autora apresenta, nas quais, novas formas de tratar o outro e o ambiente sejam construídas, novas relações entre a criança e ambiente sejam renovadas e transformadas, que valorizem a vida, o amor, o ser humano, a fauna, a flora e o planeta Terra.

2.1.2 A interface entre educação ambiental e ensino de ciências na educação infantil: uma interlocução possível

A Educação Ambiental é uma educação para formação de cidadãos capazes de transformar os problemas ambientais e sociais, buscando contribuir com a sustentabilidade da sociedade e do mundo. Sabemos da crise que o Brasil e o mundo atravessam, agravada atualmente pela crise sanitária que a Covid-19 ocasionou no mundo, diante disso, discutir e trabalhar com a educação ambiental torna-se urgente neste contexto pandêmico em que estamos vivendo.

Apesar de haver um consenso sobre a emergência e a seriedade da crise ambiental contemporânea, há diferentes representações político ideológicas por detrás de discursos por vezes conflitantes, que moldam a forma como indivíduos e grupos sociais passam a compreender os problemas socioambientais e a reagir a eles. (COSENZA; MARTINS, 2012, 235)

Comungando das palavras das autoras acima, refletimos sobre o jogo de interesses que sempre marcou a sociedade brasileira. Infelizmente, a visão sobre o lucro e acumulação de bens se sobressai aos interesses do bem comum, do cuidado com o outro e com o meio. A preocupação com a questão socioambiental tem ficado cada vez maior na sociedade. A degradação ambiental ocasionadas pelos desastres ambientais e pela pandemia estão se intensificando, produzindo uma maior preocupação e interesse por parte da sociedade pela minimização desses efeitos.

Nessa perspectiva, para que a Educação Ambiental alcance seus objetivos, ela precisa ser trabalhada de maneira que atinja a todos. Freire (1982, p.39) vê a escola como lugar de privilégios para que as transformações sociais ocorram, para ele é função social da escola transformar a realidade. E assim, por essa razão acreditamos que escola se constitui como espaço promissor para a disseminação na promoção de práticas de educação ambiental de maneira crítica e reflexiva e consciente.

A curiosidade inerente a fase da educação infantil possibilita um mergulho ao trabalho com o meio ambiente, tendo em foco a ideia de que sempre poderemos construir um mundo melhor, onde cada docente e discentes são únicos. Entendendo que as mudanças podem demorar a acontecer e que a caminhada é longa e complexa, mas que o mundo natural com o qual sonhamos, amamos e queremos viver é um

espaço de alegria, bem-estar, que pode ser construído por todos nós, desde que, sejamos cidadãos engajados e comprometidos com este lugar.

Rodrigues (2007) relata que:

A criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores [...], identificando-se e envolvendo-se com sua realidade. Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que a criança possa criar e se expressar nessas relações, ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...]. (RODRIGUES, 2007).

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autônomo, livre e solidário.

Para GOULART, 2010:

A Educação Infantil é algo mágico, único e essencial na vida do homem; que "canta e encanta" a quem a ela tem acesso; sendo rico e engrandecedor acompanhar o desenvolvimento desses pequenos seres durante essa etapa de suas vidas. É incrível a percepção da capacidade de aprendizado das crianças, sua receptividade, carinho e pureza, e o que uma educação de qualidade e devidamente adequada ao desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional, vivenciado por elas, pode fazer em suas histórias (GOULART, 2010, p.01)

As primeiras experiências são as que marcam mais profundamente a pessoa, e quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade.

Rodrigues (2007), aponta ainda que "as atividades a serem trabalhadas devem ter planejamento prévio, objetivos claros, deve ser desafiadora e problematizadora" de maneira que os alunos possam construir uma consciência crítica.

O que Freire define como:

A consciência crítica é "a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais". "A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada" (FREIRE, 1982a: 138).

Para o aparecimento de uma consciência crítica, a educação precisa ser dialógica, problematizadora e cheia de experiências, o contexto que o educando está

inserido deve ser espaço de discussão e conscientização para a transformação. Nesse aspecto, a ludicidade aparece como promissor no trabalho com a Educação Infantil, cabendo ao currículo, a escola e aos docentes proporcionar os recursos pedagógicos necessários para que as atividades possam ser desenvolvidas, as aulas bem amparadas com os recursos pedagógicos a fim de despertar o interesse e desenvolvimento de diferentes habilidades.

CAPÍTULO 3 O CAMINHAR METODOLÓGICO

Nesta sessão está descrita a caminhada metodológica da pesquisa, apresentando o percurso trilhado na busca por respostas a nossa problemática: *Quais as tensões e potencialidades na promoção da interface entre a Educação Ambiental Crítica e o ensino de Ciências na Educação Infantil?*

3.1 Delineamento Metodológico

A intenção inicial era desenvolver uma pesquisa interventiva, para que pudéssemos dar um retorno imediato a escola, uma vez que sempre me inquietou a pesquisa pela pesquisa, sem apresentação dos resultados ao campo investigado. Contudo, com o aparecimento do Coronavírus, o rumo da pesquisa precisou ser redirecionado.

Diante da situação emergencial causada pela pandemia global de Coronavírus afirmada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em observância às medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento do COVID 19 dispostas em decretos estaduais e municipais, as aulas das escolas públicas e privadas do município de Jequié-BA foram suspensas, inicialmente por 15 dias e com o passar dos dias, esse prazo foi se estendendo, e então o ensino remoto virou realidade em nossas escolas, pautado dentre tantos amparos legais na resolução a resolução CEE nº 27, de 25 de março de 2020, do Conselho Estadual de Educação da Bahia, que orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19. Contexto que direcionou a pesquisa por um novo caminho, e optamos por uma pesquisa que coubesse nesse novo formato de ensino.

Inicialmente, fizemos um levantamento de dados entendendo a importância da pesquisa, depois utilizamos a pesquisa documental para a construção de dados,

analisamos os documentos da instituição de Educação Infantil na busca de responder nossa problemática.

3.1.1 Natureza e tipo da pesquisa

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, estudando os fenômenos e comportamento humano. O tema abordado nessa dissertação não pode ser quantificado, daí, a importância de estudar os códigos, símbolos, crenças e valores que a pesquisa qualitativa oportuniza. Ela sempre exige uma grande dedicação no entendimento da realidade e do contexto, no qual, o objeto de estudo está inserido.

“Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 05). Conforme as autoras, a pesquisa educacional precisa conter o mesmo rigor científico, porém com métodos diferenciados de investigações.

Por não se tratar de quantificar dados e sim de entender o que cerca o cotidiano escolar, quais as problemáticas vivenciadas por alunos e professores nesse espaço que é tão promissor e por muitas vezes não conseguir da conta de formar cidadãos críticos, autônomos, capazes de realizar as mudanças tão necessárias a sociedade.

Na pesquisa qualitativa, o mais importante não são os resultados, mas a compreensão dos fenômenos existentes no caminhar da análise. Com isso, não se investiga em razão de resultados, entretanto o que se quer obter é "a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação" (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p.16). Os autores afirmam ainda que, um campo que era anteriormente dominado pelas “questões de definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.11).

O trabalho que está estruturado no formato multipaper, conta com dois instrumentos para a construção dos dados:

- a) *Levantamento bibliográfico*: Constituiu-se em uma ampla pesquisa realizada em três principais eventos do ensino de Ciências e biologia do país, observando as cinco últimas edições.
- b) *Pesquisa Documental*: Mais uma etapa observando, analisando e construindo dados, por meio da leitura dos documentos da escola selecionada para a pesquisa.

Essas foram as ações metodológicas utilizadas para que a pesquisa teórica e a prática escolar fossem relacionadas aos problemas específicos do cotidiano escolar que estava sendo investigado.

3.1.2 Temática estudada

O tema escolhido deve-se primeiramente a minha aproximação com o campo da Educação Infantil e da Educação Ambiental, como pedagoga tenho observado grandes lacunas na formação dos professores quando se trata de Educação Ambiental. Uma área de estudo super atual e necessária a sociedade contemporânea.

Observamos uma crise geral em todos os setores da sociedade, as pessoas vivem cercadas por propagandas que acabam gerando conflitos de identidade onde o “ter” aparece atrelado ao “ser”. A grande mídia propaga que aquele que tem o bem mais sofisticado e mais caro é o mais bem colocado socialmente, mas, que colocação é essa? Será que realmente pertencer a esse sistema é a maneira correta de viver socialmente? E, onde fica o pensamento no outro e no meio em que vivemos? Passar por cima de alguns valores e pensamentos éticos para estar a serviço do capitalismo não me parece a melhor escolha para a vida em comunidade.

Autores como Marx e Engels, ainda no século XIX, já se preocupavam com essas relações entre o ser humano e a natureza, e, então formularam o materialismo histórico. Para os autores supracitados, a compreensão da realidade do mundo pode ser feita a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas.

Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originalmente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (Marx, 1988, p. 250).

Se percebemos que vivemos a serviço a exploração da força do trabalho, e da natureza e já entendemos que todo esse processo tem ocasionado um colapso socioambiental, já não podemos ficar assistindo a tudo acontecer de braços cruzados. Mudanças precisam ocorrer, a crítica pela crítica não faz revolução, precisamos anunciar novos horizontes.

Como educadora, percebo que as escolas apresentam um grande potencial para que as novas posturas comecem a surgir. É neste espaço que as crianças se articulam como seres sociais, críticos e atuantes. Portanto, ao possibilitar alunos e professores a trabalharem com uma temática tão indispensável aos dias atuais, oportunizaremos novas conquistas, novos saberes e novas posturas frente aos problemas socioambientais.

3.1.3 Contexto e sujeitos da Pesquisa

A pesquisa ocorreu em cenários distintos, com isso, conseguimos identificar o contexto em que o nosso objeto de estudo estava inserido, partindo daí, pudemos adentrar aos muros escolares, questionando-nos sobre a educação ambiental crítica, se essa se faz presentes no Projeto Político Pedagógico e dos demais projetos da escola.

O primeiro passo foi fazer um levantamento nos principais eventos de ensino de ciências, uma vez que nossa temática propõem uma interface com o ensino de ciências.

Os eventos selecionados foram:

1. EPEA: O Encontro Pesquisa em Educação Ambiental surgiu a partir de reuniões conjuntas entre diferentes grupos de pesquisas que tratam de Educação Ambiental. Em 2001 eles assumiram a responsabilidade de organizar o I EPEA. Com o objetivo de socialização e discussão da pesquisa no país, cumprido um papel de grande significado neste contexto, oferecendo à comunidade de pesquisadores um espaço acadêmico para a discussão da pesquisa nesta área. Já que o campo da Educação Ambiental estava por se consolidar ainda naquela época.

2. ENPEC: O Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC é promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências - ABRAPEC. O I ENPEC foi realizado em Águas de Lindóia, SP, de 27 a 29 de novembro de 1997.

3. ENEBIO: A realização do I Encontro Nacional de Ensino de Biologia, foi organizado pela Diretoria Executiva Nacional da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia. SBEnBio em parceria com a Diretoria e o Conselho da Regional do Rio de Janeiro / Espírito Santo dessa mesma entidade. O objetivo da realização de um evento nacional de ensino de ciências e biologia atinge e fortalece a comunidade de educadores do país, bem como todo o conjunto de alunos das licenciaturas e educação básica. Os organizadores buscam reafirmar as convicções e reacender a esperança na construção de uma sociedade que efetivamente contribua para a melhoria do ensino de ciências e biologia no Brasil.

São eventos que se utilizam do alcance nacional para acontecerem de maneira que asseguram um grande número de participantes. Para nosso levantamento, utilizamos as últimas cinco edições do evento, buscando artigos que discutem a Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil no Brasil. Com isso, queríamos entender o que se está debatendo sobre essa temática nos grandes eventos pelo Brasil.

Num segundo momento, o *corpus* da pesquisa foi construído partindo da análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Projeto Didático (PD), de uma escola Municipal de Educação Infantil na cidade de Jequié-BA.

Esta escola fica localizada num bairro quilombola e trabalha com a educação quilombola com crianças e quatro e cinco anos. A Escola Municipal fica localizada na rua Dom Climério, 297, Barro Preto, no Bairro Joaquim Romão, do município de Jequié/BA. Fundada em 30 de dezembro de 1992, funciona em um prédio pertence a igreja Católica Santo Antônio de Pádua, que foi grande incentivadora da instituição.

Hoje, sendo responsabilidade da prefeitura de Jequié-BA, ainda é utilizada para realizações de reuniões e encontros da igreja e da comunidade local. Em 1999 passou a ser pré-escolar. A missão diária é oferecer necessidades básicas de educação, afeto e socialização, num ambiente seguro e acolhedor.

Oportunizando a criança o contato com a experiência, descoberta, a vivência de novos conhecimentos como os primeiros contatos formais com a linguagem e escrita. A escola conta com uma sala de administração, uma secretaria, uma cozinha, uma dispensa e um almoxarifado, além de salas de aulas e área de lazer. Com 248 alunos matriculados em 2020. Localizada em uma região que contempla alguns aspectos, quanto a sua história de formação, ocupação e organização característicos de quilombo. Por isso, a educação dessa escola procura se inserir dentro de um contexto de reafirmação, da identidade de sujeitos pertencentes, tornando-se essencial o ensino e valorização da cultura afro-brasileira.

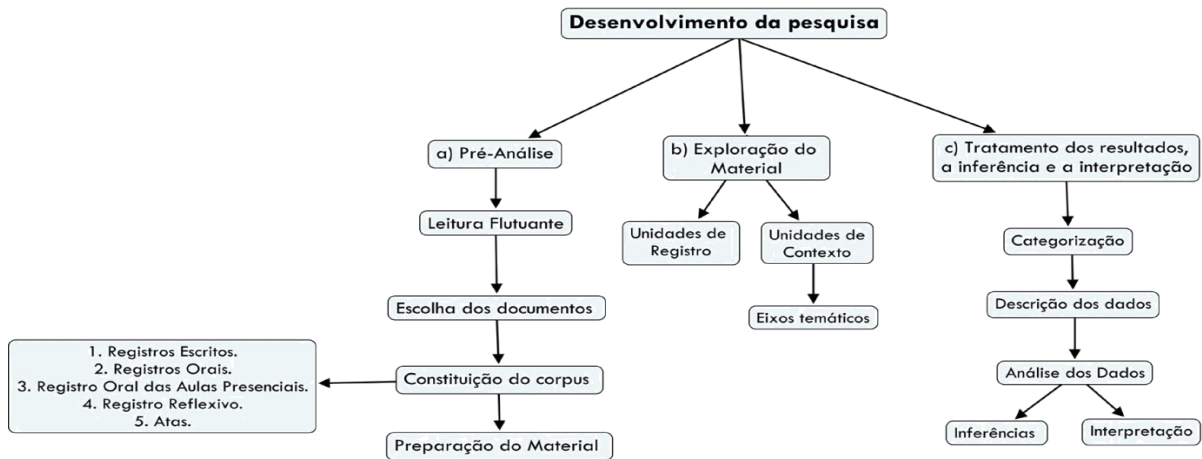
Todas essas informações constam no PPP da instituição. Conforme nos aprofundávamos no Projeto Político Pedagógico, íamos imaginando como eles pensam e vivem a educação ambiental naquela instituição.

3.1.4 Análise e tratamento dos dados

Pensando na objetividade e na validade das pesquisas qualitativas, Lüdke e André (1986) afirmam que o pesquisador precisa ter alguns cuidados ao terminar a coleta e análise de dados, pois, ao final desse processo não é interessante que se tenha apenas um amontoado de informações difusas e irrelevantes, mas sim dados objetivos que validarão as abordagens qualitativas realizadas.

Para a análise dos dados, foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin (2016). Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Neste sentido, a figura 1, nos apresenta as etapas da técnica da análise de conteúdo de Bardin para o desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Baseado em Bardin (1977,p.102).

Contamos com a metodologia de Análise de Conteúdo (AC) que Bardin (1977, p. 42), definida como: “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” A Análise descreve três etapas para garantir o rigor e relevância científica. Bardin (1977) destaca que a AC possui duas funções, a primeira é explorar bem o conteúdo pesquisado e descobrir outros tantos elementos que surgem no decorrer da análise, a segunda função é o surgimento das hipóteses que servem de diretrizes para o encaminhamento da pesquisa.

Estudamos, compreendemos e seguimos por esses espaços, para a construção de dados sólidos e robustos.

3.1.5 Etapas da Pesquisa

A fim de uma melhor estrutura, segue a descrição das etapas separadamente de cada *paper*, porém não significa que elas não se relacionam entre si. Reafirmo que os artigos estão interligados e conversam entre si, sendo dois objetos e ao mesmo tempo elencados conjuntamente, no qual, um necessita do outro no momento de conclusão e retorno a questão de pesquisa.

3.1.6 Primeira etapa: levantamento bibliográfico

O levantamento foi realizado partindo da necessidade de entender o que estava sendo discutido nos principais eventos de ensino de Ciência e Biologia em interface com a Educação Ambiental na Educação Infantil. Como já dito anteriormente, os eventos são EPEA, ENPEC e ENEBIO.

Para esse levantamento foram utilizados critérios simples de busca:

- ✓ Seleção pelas palavras-chaves **Educação Ambiental** e **Educação Infantil**.
- ✓ Utilizamos os **títulos** e os **resumos** que apresentassem abordagem sobre o tema pesquisado.

Após essa fase, levamos em consideração a importância em relação ao nosso objeto de pesquisa, passando para a fase de exclusão dos artigos que não possuíam ligação direta com a temática investigada. Através dessa análise, conseguimos selecionar 10 artigos que tratavam sobre o tema pesquisado. Partindo dessa seleção, organizamos os artigos em uma tabela e extraímos os dados gerais: título, autores, evento, local e ano de publicação.

Na tabela abaixo, os artigos por ano, evento, estado, títulos e autores permitem uma melhor visualização dos artigos selecionados. Foi criada uma identificação para facilitar a identificação de cada um. Utilizamos as iniciais de cada evento e números finais referente ao ano de publicação de cada artigo artigos. As letras empregadas ao final dos códigos, referem-se a artigos do mesmo evento e ano. Assim, ainda conseguimos integrar as fontes teóricas selecionadas ao referencial teórico deste trabalho.

Fonte: Tabela 01 – Organização dos artigos selecionados.

ANO EVENTO	IDENTIFICAÇÃO	LOCAL	TÍTULO	FORMAÇÃO DOS AUTORES
2011 EPEA	EP-11/B	Ribeirão Preto	A criança e suas concepções de ambiente: o desenho e o diálogo como potenciais instrumentos de avaliação em projetos de educação ambiental.	Patrícia Mariana da Costa Santana. Isabela Barbosa Frederico. Ellen Maria Pestili de Almeida
2011 EPEA	EP-11/A	Ribeirão Preto	Investigando a prática pedagógica de professores/as da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a presença da educação ambiental em uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS.	Ana Cristina Souza da Cruz Angela Maria Zanon
2015 EPEA	EP-15/A	Rio de Janeiro	Naturezas e infâncias: as diferentes experiências culturais.	Luana Santos da Silva
2015 EPEA	EP-15/B	Rio de Janeiro	Educação ambiental na educação infantil: conhecimentos, valores e participação política no eixo de trabalho “natureza e sociedade” do RCNEI.	Daniela Bertolucci de Campos
2015 EPEA	EP-15/C	Rio de Janeiro	A reciclagem: aprendendo sobre a educação ambiental nos anos iniciais da educação infantil.	Sheila Melo Sousa Souto
2011	ENP-11/A	Campinas	Aprendendo a reciclar: um projeto de	Irinéa da Glória Pereira Brígida

ENPEC		SP	educação ambiental na educação infantil.	Cláudia Lino Piccinini
2011 ENPEC	ENP-11/B	Campinas SP	Educação ambiental na educação infantil: aprendendo por meio das múltiplas linguagens.	Ângela Maria Ribeiro Danielle Grynszpan Eneida Karla dos Santos Aguiar Késia Pereira de Matos D'almeida
2017 ENPEC	ENP-17	Florianópolis, SC	Educação Ambiental Crítica e Educação Infantil: uma interlocução possível	Adriana Regina de Oliveira Couto Alessandra Aparecida Viveiro
2019 ENPEC	ENP-19	Rio Grande do Norte, Natal	O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil - Ensino Fundamental): os temas Sustentabilidade/Sustentável a partir da Agenda 2030.	Silvana do Nascimento Silva Carlos Frederico Bernardo Loureiro
2014 ENEBIO	ENE-14	São Paulo SP	Educação ambiental crítica na educação infantil: um espaço promissor.	Lucilene Aparecida e Lima do Nascimento Eliane Melo de Matos Alexandre Maia do Bomfim

Fonte: Elaboração da autora.

3.1.7 Segunda etapa: Análise dos projetos de uma escola Municipal de Jequié-BA

De posse dos projetos, começamos uma leitura flutuante nesses documentos, o que consolidou a constituição do Corpus, nos permitindo “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2008, p. 52).

Partimos para a categorização, determinação das Unidades de Registros e contexto. Para Bardin, (1977), todos os dados encontrados no texto devem ser organizados a partir da escolha de recortes, que atendam ao objetivo da análise.

Escolhemos o tema como nossa “unidade de registro” por ser uma afirmação sobre determinado assunto que envolve “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais” (FRANCO, 2008, p. 43).

Segundo Bardin, o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (1977, p. 105).

Para a análise documental obedecemos a seguinte grade analítica:

Tabela 02: Grade Analítica, conceitos.

Unidade de Contexto	Unidades de Registro (Tema)	Palavra-chave	Observações	Categorias
A Unidade de contexto serve de compreensão para codificar as	As unidades de registro podem ser a palavra, o tema, objeto,	Elementos existentes no texto para a	A partir das considerações contidas nos projetos	Junção de grupos de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

unidades de registros.	personagem, acontecimento ou o próprio documento.	seleção das Unidades de Registro.	pesquisados.
-------------------------------	---	-----------------------------------	--------------

Fonte: Elaboração da autora a partir das ideias de Bardin (2016).

Os termos chaves utilizados para montagem da grade analítica utilizados foram: Educação Ambiental Crítica, Educação Infantil e Ensino de Ciências, Educação, Quilombo, Educação Quilombola, Cultura, Democracia, democrática, Prática pedagógica e Desempenho.

A partir destes termos chaves, chegamos as unidades de contexto e aos eixos temáticos, como demonstrados na tabela 02.

Tabela 03: Grade Analítica.

Unidade de Contexto	Unidade de Registro	Temas
	Conhecer aspectos característicos da educação quilombola; Valorização da cultura negra.	Formação do Ser
Recorte dos objetivos gerais e específicos dos projetos pesquisados.	Referendar; Exemplificar; Melhorar a prática pedagógica da escola; implantar o conselho escolar; Gestão democrática; Educação Especial; Assegurar atendimento educacional;	Organização Curricular
	Desempenho acadêmico dos alunos;	Crianças e desenvolvimento.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos objetivos dos projetos da Escola Municipal de Educação Infantil.

Após esse processo descrito, estruturamos os temas, as categorias e subcategorias que foram emergindo dentro do processo. E assim obtivemos:

Tabela 04: Categorias obtidas da análise documental do PPP.

Temas	Categorias	Subcategorias
Formação do Ser	Compromisso com o desenvolvimento social da criança.	Abrangência da EA nos projetos
Organização Curricular	Construção do sujeito crítico e emancipado e participativo.	Desenvolvimento Socioambiental
Criança e desenvolvimento	Interdisciplinaridade e a cultura Quilombola.	

Fonte: Elaboração da autora.

O último passo foi o tratamento dos resultados e interpretações. A interpretação dos resultados obtidos foi feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é dedicado a apresentação e discussão dos resultados obtidos por meios dos artigos construídos, permitindo-nos avaliar a contribuição do trabalho, o alcance dos seus objetivos e a verificação das hipóteses de pesquisa.

Levantamento dos artigos com foco em Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil no EPEA, ENPEC e ENEBIO.

Andreia Barreto Chaves Mestranda do programa de pós-graduação programa de pós-graduação Mestrado acadêmico educação científica e formação de professores-UESB
2020m0242@uesb.edu.br

Silvana do Nascimento Silva
Professora Adjunta da área de Educação do Departamento de Ciências Biológicas (UESB)
silvananascimento@uesb.edu.br

Resumo: Este trabalho é fruto do levantamento realizado nas Atas dos eventos EPEA, ENPEC e ENEBIO. Apresenta uma seleção de artigos publicados em cinco edições, dos três principais eventos que discutem a Educação Ambiental no Brasil. Com o objetivo identificar como os artigos publicados nos grandes eventos de ciências e biologia abordam a EA no contexto da EI. Apesar de desafiante, entende-se a importância desse estudo, uma temática pouco explorada. A pesquisa apontou para uma pequena quantidade ou ausência desses estudos nos grandes eventos de EA e Ensino de Ciências. Sendo assim, fica muito nítida a necessidade de trabalhos que discutam essa temática, a fim de promover uma socialização entre educadores e educadoras para que novas políticas sejam tomadas frente aos problemas socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Infantil. Eventos Científicos.

Abstract: This paper is the result of the survey conducted in the Annals of the events EPEA, ENPEC and ENEBIO. It presents a selection of articles published in five editions of the three major events that discuss Environmental Education in Brazil. In order to identify how the articles published in the main science and biology events address EE in the context of EI. Although challenging, the importance of this study, a little explored theme, is understood. The research pointed to a small number or absence of such studies in major events on environmental education and science teaching. Thus, the need for studies that discuss this theme is very clear, in order to promote socialization among educators so that new policies are taken in face of socio-environmental problems.

Keywords: Environmental Education. Education of children. Scientific events.

1. Introdução

O mundo atual, conclama por novas atitudes do ser humano. Vivemos numa era marcada pelo avanço tecnológico e conseqüentemente pelo consumismo. É notória a extração irresponsável dos recursos naturais em função de uma sociedade que vive de transformações digitais e o uso desenfreados de produtos que garantam “status social”. Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) é reconhecida como “de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de sociedade” (LOUREIRO, 2008, p. 3).

Os países têm se mobilizado em discutir ações que busquem alternativas para frear as ações sofridas ao ambiente. Em grandes conferências ambientais internacionais, como a de Estocolmo, em 1972, a Eco-92 ou Rio-92; a Rio+10, em 2002, e a Rio+20, em 2012, pensando em avançar a causa do desenvolvimento sustentável de forma contínua.

A Assembleia geral também declarou o período entre 2005 e 2014 como Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável; em setembro de 2015, em Nova York, definiram novos objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com prazo até 2030, conhecida como agenda 2030.

Diante do exposto, pode se observar que diversas ações foram discutidas e acordos foram firmados, no entanto, visualizamos poucos avanços após esses eventos. Infelizmente muito tem falado e pouco se tem feito. Com a crise sanitária, ambiental e política que estamos vivendo, torna-se urgente que novas posturas sejam tomadas frente a essas questões.

A escola surge como espaço formal de desenvolvimento do campo da Educação Ambiental. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, (BRASIL, 1999), em seu "Art. 10º. "A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal".

Freire afirma que "se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p. 67). Acreditamos que a escola, desde os anos iniciais, deve ser o ponto de partida para o envolvimento mais crítico e dinâmico da sociedade na construção de novas posturas frente as questões socioambientais.

Dessa maneira, a Educação Infantil (EI) como primeira modalidade do ensino formal, deve contribuir com o processo de inserção das crianças na sociedade atual. Entendendo que a EA engloba vários aspectos relevantes para a formação dos indivíduos, como as emoções, o respeito com os demais seres vivos, construção do caráter, senso de solidariedade, justiça e pensamento crítico (RODRIGUES; SAHEB, 2018). As crianças podem ser agentes de transformações no local onde estão inseridas. Elas estão cada vez mais influenciadas pelo sistema capitalista, das compras e do consumo.

Desde muito cedo são apresentadas a cultura do ter, sem entender as consequências futuras das ações do presente. Por isso, trabalhar com EA na EI é uma preparação para o enfrentamento da sociedade hegemônica em que ela já está inserida.

Ao pesquisar sobre a EA no contexto da EI, queremos identificar quais as tensões e potencialidades que o trabalho voltado para a EA crítica nessa modalidade de ensino. Sendo assim, percebemos a necessidade de identificar como os artigos publicados nos grandes eventos de ciências e biologia abordam a EA no contexto da

EI. Respondendo algumas questões como: *Qual o atual cenário das publicações sobre EA na EI em eventos científicos voltados para a Educação Científica e Educação Ambiental.*

Portanto, buscamos reunir neste trabalho, uma seleção de artigos publicados em cinco edições, dos três principais eventos que discutem a EA no Brasil, objetivando analisar como os artigos abordam a EA no contexto da EI.

2. Referencial Teórico

O ser humano sempre dependeu do ambiente para sua sobrevivência. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da tecnologia, as pessoas deixaram de perceber essa necessidade, e a partir daí, a convivência conflituosa entre o ambiente e o homem começa a existir.

“Não seria exagero afirmar que o século XXI se inicia com uma vigorosa ideia-força que advoga a imperativa necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre os humanos e a natureza, para reverter o controverso mas provável quadro de degradação ambiental global, inclusive onde o próprio capitalismo encontra-se sob suspeita, apontado por muitos como um fator decisivo da degradação ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p.1)

Ao refletirmos sobre a sociedade, percebemos a crise em que estamos vivendo. Observamos a preocupação dos governantes e estudiosos que diariamente reúnem-se em simpósios, congressos e encontros a fim de discutir medidas para a sustentabilidade do planeta. Infelizmente, os resultados destes eventos são apenas acordos firmados, que nem sempre são cumpridos. Situações como as supracitadas destacam como a preocupação com a Educação Ambiental em nossas práticas diárias se tornou algo de fundamental importância. Vivemos em uma falsa e frágil EA, a qual não se preocupa com os problemas sociais e políticos, focando apenas nos problemas ambientais LOUREIRO (2003, p.53).

A EA foi se consolidando de maneira bastante lenta pelo mundo, vista como fator de menos importância diante dos olhos humanos. Como os recursos naturais sempre estavam disponíveis, não havia uma preocupação com essas questões. No Brasil, só em 1999 foi criada a Lei que trata sobre a Política Nacional de Educação Ambiental que é regida pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Em seu artigo primeiro:

“Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Entendemos a EA como processo de construção e formação do ser humano, contemplando os diversos aspectos da vida. Assim, por meio dela, podemos discutir estratégias para o cuidado com o meio e com o outro. Desse modo, considera-se como instrumento de reflexão sobre as questões socioambientais que circundam a vida humana.

Sob esse prisma, a escola deve ser a grande aliada na disseminação de ações pedagógicas que favoreça essas transformações. Conforme Paulo Freire, o ensino é visto como forma de despertar a criticidade do aluno, pois através dele, o educando conseguiria desenvolver sua autonomia para agir em sociedade.

2.2 Educação ambiental no contexto escolar

Na escola básica, a EA, às vezes é trabalhada a partir de iniciativas pessoais (RAMOS; SILVA, 2021 p.5). Esse espaço é um local propício para o desenvolvimento de aprendizagens. Considerada como local de articulação do processo de ensino-aprendizagem, bem como relações sociais entre os indivíduos.

Com a PNEA, através da lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, ficam estabelecidas algumas diretrizes que procura estimular a necessidade do cuidado e proteção ao meio ambiente. Ainda através desta lei no seu Art. 2º fica determinado que a EA deve estar presente em todos os níveis do ensino brasileiro – em caráter formal ou informal – sendo um direito de todos os cidadãos.

A partir desta publicação, externa-se a necessidade urgente de políticas públicas que disseminem a educação ambiental por todos espaços formais de ensino. Políticas públicas que sejam voltadas para construções de valores e mudanças de posturas diante dos problemas não só ambientais, como também, políticos e sociais.

Para que realmente as mudanças aconteçam, o processo precisa ser contínuo, através de atitudes diárias de reflexões que contemplem as questões socioambientais. O Projeto Político Pedagógico, os projetos trimestrais e as sequências didáticas são de

extrema importância, a fim de que os educadores possam por meio deles, elaborar ações e projetos voltados para a dimensão ambiental de forma ampla e transversal, contribuindo para o fortalecimento de sua perspectiva crítica. (RAMOS; SILVA, 2021)

A fim de corroborar com práticas nesse campo, o uso de metodologias diferenciadas aparece como propostas didático-pedagógicas eficazes utilizadas para atrair os discentes, como o uso das TICs, viagem de campo, uso de jogos didáticos, história em quadrinhos, filmes, documentários e outros (RAMOS; SILVA, 2021).

Como já notado por Guimarães (2004), entre outros autores, o modelo tradicional de ensino de transmissão de conteúdos ainda é muito forte. A EA precisa romper com as práticas tradicionais de ensino, atravessar os portões da escola e atingir a comunidade local e a sociedade como um todo.

Dentro dessa perspectiva, não cabem mais os pequenos exercícios ou sequências didáticas para comemorar o dia do meio ambiente ou da árvore. Na obra *Pedagogia do Oprimido*, de Freire (2005) destaca-se o fato de a educação ser o caminho para o despertar, da visão crítica e a formação de sujeitos que busquem mudar sua realidade. Por meio da E.A o aluno precisa despertar para que as reflexões, as mudanças de postura e na construção de novas ações estejam presente no dia a dia de todos.

2.3 Educação ambiental e educação infantil

A Educação Infantil foi reconhecida como primeira etapa escolar somente com a sanção da LDB, em 20 de dezembro de 1996. Conforme o art. 29, a EI é considerada como primeira etapa escolar e atribui algumas orientações para a modalidade: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Segundo a LDB, a criança é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade, na qual partilha de uma determinada cultura. É marcada pelo meio social em que vive e convive, mas também, deixa sua marca nesse ambiente. Porque

o ato de conhecer é tão vital quanto comer ou dormir; e eu não posso comer por alguém (FREIRE, 1983, p. 36).

A EA atualmente é importante em todas as fases da vida, necessária na infância e funciona como uma iniciação as questões socioambientais. cientes disso, surge uma preocupação com novas práticas pedagógicas que possam aumentar o contato e valorização de suas vivências no e com o ambiente. Para Saheb e Rodrigues (2016, p. 87): “as crianças nascem e vivem em um contexto integrante à natureza, desde muito cedo deparam-se com situações decorrentes da intervenção inadequada do homem com o meio ambiente, como por exemplo a instabilidade climática e a poluição industrial”.

De acordo com as autoras Rodrigues e Saheb (2016, p. 93),

A EA implica em ressignificar a visão e compreensão de mundo a partir de uma concepção de integração, interconexão e inter-relacionamento. Afinal, os processos educacionais são essenciais para impulsionar a formação de uma cidadania ambiental.

O reconhecimento da necessidade de se promover uma educação voltada e pensada partindo do entendimento e condições cognitivas de cada aluno da educação infantil mudaria significativamente a maneira de ver e fazer a Educação Ambiental na Educação Infantil.

“Pensar em atividades que contemplem a Educação Ambiental em uma abordagem crítica com crianças da Educação Infantil se constitui numa tarefa complexa porque não basta trabalhar os conceitos, temos, pois, que pensar nas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, nas diferentes linguagens que dialogam com as crianças no sentido de exploração sensorial, problematização a partir de vivências cotidianas, brincadeiras, interações, resolução de problemas e possíveis reflexões.” (COUTO, VIVEIRO, 2017)

Fernandes (2007), Silva (2015) e GONÇALVES (2021) refletem sobre questões pedagógicas que contemplem a EA numa abordagem crítica na educação infantil. Eles afirmam não ser uma tarefa fácil, mas extremamente possível, desde que a formação do professor seja contínua e embasada num fazer comprometido com o desenvolvimento crítico e autônomo do aprendiz da criança.

3. Delineamento metodológico

Esse artigo é pautado na pesquisa de abordagem qualitativa, essa que surgiu de um campo inicialmente dominado por práticas de mensuração, elaboração de testes de hipóteses variáveis etc., da qual “[...] alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 11).

Na pesquisa qualitativa, a “preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12). Por isso, a descrição fiel dos dados se faz tão importantes nesse momento, apontando para que a pesquisa possa ter um maior rigor e valor científico no meio acadêmico.

Nessa direção, esse artigo também abarcou um levantamento bibliográfico de artigos publicados em três eventos científicos que tratam não só da EA, mas que discutissem também sobre Ciências, pois, nossa pesquisa contempla interface entre Educação Ambiental e o ensino de Ciências.

Dessa maneira, buscamos entender como que estava o desenvolvimento e envolvimento da EA com interface no ensino de Ciências na EI. Sabemos que o Campo da EA é muito amplo e que ela deve ser trabalhada interdisciplinarmente, ou seja, deve ser comum a várias disciplinas. Todavia, para esse estudo, pesquisamos sobre a EA com interface no ensino de Ciências investigando quais as tensões e potencialidades na EI.

Por isso, selecionamos três grandes eventos, no campo da Educação Científica e EA: *EPEA*, *ENEBIO* e *ENPEC*. São eventos que promovem, incentivam, divulgam e discutem a pesquisa, além de tentar sensibilizar os órgãos competentes a respeito de financiamento à educação e da importância de uma melhor oferta de formação de professores em nosso país. E

Estipulamos um período de cinco edições dos eventos para que pudéssemos observar como que esses eventos foram se estruturando com o passar do tempo. Segundo Bogdan e Biklen (1994):

“Os levantamentos sociais têm uma importância particular para a compreensão da história da investigação qualitativa em educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular a meio caminho entre a narrativa e o estudo científico.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 23).

Nessa perspectiva, concordando com os autores, compreendemos que os levantamentos de dados são significativos para que possamos entender em que contexto se insere o objeto de estudo.

Para esse levantamento foram utilizados métodos simples de busca, como a seleção pelas palavras-chaves: Educação Ambiental e Educação Infantil. Além das palavras, utilizamos os títulos e os resumos que apresentassem abordagem sobre o tema pesquisado.

Após essa etapa, consideramos a importância em relação ao nosso objeto de pesquisa, passando para a fase de exclusão dos artigos que não possuíam ligação direta com a temática investigada. Através dessa análise, conseguimos selecionar 10 artigos que tratavam sobre o tema pesquisado. Partindo dessa seleção organizamos os artigos a partir dos dados gerais: título, evento, local e ano de publicação.

Na perspectiva de uma análise sistemática, utilizamos a Análise de Conteúdo como metodologia para o tratamento dos dados coletados nos anais dos eventos. Conforme os dados emergiram, surgiram possíveis resultados para nossa pesquisa. BARDIN (1977, p. 42) define como a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. BARDIN (1977, p. 42)

A análise de conteúdo de Bardin (1977), baseia-se em algumas fases:

- a) Pré-análise: Organização da análise, sistematização de ideias, hipóteses e objetivos, escolha dos documentos. Fase onde ocorre as leituras flutuantes e organização do material.
- b) Exploração do material por meio da codificação aberta e manual das unidades de Registros, Unidades de Contextos e Eixos Temáticos.

Tratamento dos resultados a inferência e a interpretação através da categorização, descrição dos dados e análise dos dados através de inferências (comprovando ou não as hipóteses) e interpretações das inferências.

De posse da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), após a realização das etapas anteriormente caracterizadas, emergiram os seguintes temas: a) perfil dos artigos pesquisados, b) Local, partícipes e objetos) Natureza e tipo de pesquisa d) Construção dos dados e) Análise dos dados f) Concepção de Educação ambiental encontradas nos artigos; g) Possibilidades de realizar um trabalho em Educação Ambiental Crítica com turmas da Educação h) Instrumentos de trabalho EA com alunos da EI.

4. Resultados e Discussão

4.1 Característica dos artigos

A fim de investigar como o campo da Educação Ambiental se insere em turmas de Educação Infantil, fizemos um levantamento na tentativa de compreender como essas temáticas estão sendo abordadas nos três principais eventos de Ciências e Biologia do país.

Abaixo no quadro 01, elencamos os trabalhos selecionados durante a pesquisa. Utilizamos as cinco últimas edições dos eventos, por se tratarem de momentos mais recentes aos desmontes da EA no nosso país. Após os critérios de inclusão ou exclusão já revelados no item 3.2, selecionamos 10 artigos que foram distribuídos em uma tabela para uma melhor construção dos dados. Os demais trabalhos foram desconsiderados por versarem temáticas que não contemplam os objetivos de pesquisa.

A distribuição foi realizada de maneira que extraímos de cada trabalho, o ano e evento que encontramos o artigo, o município e estado em que o evento ocorreu, o título de cada texto. Com tais dados, partimos para identificação dos artigos com o objetivo de facilitar seu reconhecimento.

Durante esse processo, atribuímos as iniciais dos eventos e o ano de ocorrência deles. Para os artigos publicados no mesmo evento e ano, colocamos a vogal “A” para o primeiro, a consoante “B” para segundo e a consoante “C” para o terceiro, obedecendo a ordem alfabética.

Quadro 02. Artigos Publicados sobre a Educação Ambiental no Contexto da Educação infantil.

IDENTIFICAÇÃO	LOCAL	TÍTULO
EP-11/B	Ribeirão Preto / SP	A criança e suas concepções de ambiente: o desenho e o diálogo como potenciais instrumentos de avaliação em projetos de educação ambiental.
EP-11/A	Ribeirão Preto / SP	Investigando a prática pedagógica de professores/as da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a presença da educação ambiental em uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS
EP-15/A	Rio de Janeiro / RJ	Naturezas e infâncias: as diferentes experiências culturais
EP-15/B	Rio de Janeiro	Educação ambiental na educação infantil: conhecimentos, valores e participação política no eixo de trabalho "natureza e sociedade" do RCNEI
EP-15/C	Rio de Janeiro	A reciclagem: aprendendo sobre a educação ambiental nos anos iniciais da educação infantil
ENP-11/A	Campinas /SP	Aprendendo a reciclar: um projeto de educação ambiental na educação infantil.
ENP-11/B	Campinas / SP	Educação ambiental na educação infantil: aprendendo por meio das múltiplas linguagens.
ENP-17	Florianópolis, SC	Educação Ambiental Crítica e Educação Infantil: uma interlocução possível
ENP-19	Rio Grande do Norte, Natal	O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil - Ensino Fundamental): os temas Sustentabilidade / sustentável a partir da Agenda 2030.
ENE-14	São Paulo /SP	Educação ambiental crítica na educação infantil: um espaço promissor.

Fonte: Elaboração das autoras.

No artigo EP-11/B, as autoras pesquisam sobre as concepções de ambiente tidas pelas crianças, bem como abordam a importância do diálogo e do desenho como instrumentos avaliativos. A pesquisa aconteceu numa escola municipal, nos quais, foram analisados desenhos oriundos das crianças daquele espaço, verificados sobre a ótica da bibliografia e por meio dos objetivos propostos no projeto de Educação Ambiental.

De acordo com a unidade registro do EP11/B que diz:

“pode-se concluir que o desenho se constitui uma importante ferramenta de avaliação em projetos de Educação Ambiental, além de servir como parâmetro no levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos”. (EP11/B, p. 9)

Na pesquisa EP-11/A, as autoras utilizaram a entrevista para a construção dos dados, que apontaram a necessidade de uma formação continuada para professores de uma escola de Educação Ambiental de tempo integral. Cruz e Zanon (2011) preconizam que no grupo investigado parece que a educação ambiental é vista como “tema a ser aprimorado em discussões teórico-práticas para uma abordagem mais sistematizada a fim de fortalecer o trabalho”. (CRUZ; ZANON, 2011). O que a unidade registro do EP-11/A aponta:

“a grande dificuldade é a falta de preparo nosso para trabalhar com esse tema. Porque, o que a gente sabe, é o que a gente aprendeu na faculdade, o que a gente aprendeu fazendo o magistério, coisas assim.” (EP11/A, p. 11).

No texto EP-15/A, a autora faz uma reflexão sobre as múltiplas infâncias relacionadas à natureza. Podemos perceber isso, visualizando a seguinte unidade de registro encontrada:

“Perceber como as crianças indígenas se constituem são importantes para os estudos sobre infância e os processos de aprendizagem para que não se caia no senso comum e nas visões de infância a partir da visão adultocêntrica” (EP-15/A, p.7)

Refletindo sobre a importância que os estudos avancem sobre os diversos papéis desempenhados pelas crianças/alunos nas diferentes culturas. Demonstrado que não se pode padronizar teorias e práticas de educação.

No artigo EP-15/B, a autora utiliza-se da análise de conteúdo para avaliar os aspectos que caracterizam o processo de educativo em Educação Ambiental do RCNEI. Durante a análise do documento Silva (2015), aponta que não existem justificativas para que a expressão “Educação Ambiental” não seja encontrada. Porém, por meio da unidade de registro encontrada podemos verificar que:

“natureza e sociedade” apresenta as dimensões necessárias para as atividades e orientações didáticos-pedagógicas relativas à temática ambiental com possibilidades para o desenvolvimento de trabalhos de EA na EI.” (EP-15/B, p.10)

Mesmo não sendo encontrado a nomenclatura “educação ambiental” no documento, a autora sugere que existe a possibilidade por meio do eixo natureza e sociedade.

O trabalho EP-15/C, é fruto de uma especialização em Educação Ambiental, busca o entendimento das possibilidades e limitações da EA na EI, vindo no trabalho com a “reciclagem uma prática viável de se trabalhar a questão ambiental”. (SOUTO, 2015, p. 4). A autora acredita no poder da transformação em que a educação ambiental apresenta nas séries iniciais, ela nos deixa atenta, ao analisarmos a unidade de registro encontrada:

“a Educação Ambiental atualmente é essencial e contém elementos necessários a práticas sustentáveis e comprometidas com o pleno desenvolvimento do cidadão, e dos alunos em fases de desenvolvimento e de novas descobertas da Educação Infantil”. (EP-15/C, p.9 e 10)

A publicação ENP-11/A apresenta um estudo de caso em uma escola da Rede Municipal, que têm turmas de Educação Infantil, na qual foi investigada as representações sociais de meio ambiente das professoras de educação infantil. As autoras buscaram verificar quais as contribuições da Educação Ambiental para aquela comunidade por intermédio da instituição escolar. Por meio da unidade de registro encontrada, podemos compreender à necessidade da formação continuada na própria instituição:

“tal formação necessita ser construída no âmbito da escola e em associação com as dificuldades enfrentadas cotidianamente para a educação dos alunos da Educação Infantil” (ENP-11/A, p. 13)

Assinala-se a necessidade do investimento das escolas na formação continuada para seus professores, dentro do próprio espaço escolar. Pensando e repensando os espaços formativos de educação da própria instituição.

No texto ENP-11/B é relatado o desenvolvimento de atividades pedagógicas interdisciplinares de Educação em Ciências e Saúde na Educação Infantil. Encontramos a seguinte unidade de registro:

“evidenciou a importância do ambiente dialógico e das interações múltiplas para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças envolvidas.” (ENP-11/B, p.12)

O objetivo foi permitir críticas ao processo de letramento científico ligado à Educação Ambiental. Ribeiro, Grynszpan, Aguiar, D'almeida, (2011) utilizaram como estratégia de atividade os desenhos realizados pelos alunos, registrando e proporcionando aos educandos experienciar todos os momentos desde o planejamento ao produto final que foram os desenhos e registros.

As unidades de registros encontradas evidenciaram para:

No artigo ENP-17, justifica que diante da crise ambiental em que estamos vivendo, as crianças de Educação Infantil precisam viver momentos de reflexão sobre as questões ambientais. Foladori (2001) discute que, sem uma análise das relações capitalistas, o ser humano obriga-se a um comportamento em face do uso desenfreado de seu ambiente e por vezes não podemos entender as causas da crise ambiental contemporânea. O texto analisado aponta, por meio da unidade de registro abaixo, para a possibilidade de um trabalho mais crítico desde a educação Infantil:

“as discussões mais profundas não são possíveis com crianças pequenas, mas essa primeira aproximação, por meio da sequência didática, apresentou dados interessantes, demonstrando que é possível iniciar um trabalho de EAC já na Educação Infantil.” (ENP-17, p.9).

O artigo ENP-19 tem por objetivo “analisar as implicações sobre o esvaziamento da Educação Ambiental na BNCC” (SILVA; LOUREIRO, 2019). O texto aponta para o “sequestro” da educação ambiental da base, bem como as consequências e implicações desse ato. Por meio da unidade de registro encontrada, os autores concluem que:

“palavras como consumo consciente, consumo responsável, bem comum e trabalho são interligadas a tais temas, mas também sem considerações críticas[..]” (ENP-19, p.6)

Ou seja, não fica clara a dimensão do trabalho dentro do campo da Educação Ambiental, dando margem ao desenvolvimento de práticas vazias e sem direção.

O artigo ENE-14 pesquisa sobre um aprofundamento teórico-metodológico das concepções voltadas a uma abordagem da Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil. O seu objetivo é “contribuir com uma perspectiva Crítica de Educação Ambiental desde a Educação Infantil”. (NASCIMENTO; MATOS; BOMFIM, 2014). As autoras Nascimento; Matos; Bomfim, 2014 apontam nas considerações finais que é necessária a consciência crítica do educador, que por muitas vezes está atrelada a sua formação. Mas, diante de todos os desafios, as autoras reafirmam por meio das unidades de registros assinalados:

*“a EI como um espaço promissor e com grandes probabilidades de êxito para uma Educação Ambiental que se propõem a ser crítica.”
(ENE-14, p.8)*

Elencamos as pesquisas que abordam a Educação Ambiental na Educação Infantil, e percebemos nítidas preocupações dos autores para que de fato a EA faça parte da construção dos alunos de 3 a 6 anos, contudo alguns impasses ainda impedem que essas práticas sejam frequentes nas escolas, como a questão da formação continuada em serviço ou até mesmo, por partes de alguns documentos e normas que tentam “silenciar” o despertar crítico de alunos e professores.

4.1.1 Perfis dos os artigos pesquisados

Podemos observar na tabela ainda, a predominância do gênero feminino entre os autores das produções, ao todo são 21 autores, que escreveram sobre EA na EI e desse total, 20 são do gênero feminino e apenas 1 do gênero masculino. Seguindo a tendência, percebemos através da história da educação, que as mulheres se fazem maioria, principalmente na modalidade da EI, na qual, a tarefa do professor(a) de Educação Infantil continua a ser associado ao vínculo maternal do cuidar. Ou ainda, por conta do preconceito sofrido por parte da sociedade, que preconiza que essa profissão seja preferencialmente feminina. “Ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação

Básica é grande a presença de mulheres no exercício do magistério” (VIANNA, 2001, p.83).

Percebe-se que no estado da Bahia, durante esse período, não houve edição dos eventos. Os trabalhos selecionados foram aprovados em apenas quatro dos dez estados onde esses eventos ocorreram. Sendo eles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina. O Sudeste se destaca pelo número de ocorrências desses eventos nos estados dessa região.

4.1.2 Local, partícipes e objetos pesquisados

Dentre os diversos espaços para a pesquisa, o ambiente escolar aparece em 4 dos 10 artigos, sendo eles: ENP-17, EP-11/A, EP-11/B, ENP-11. Outros espaços como comunidade Indígena encontramos no artigo EP-15.

Quanto aos ARTIGOS que desenvolveram suas pesquisas em documentos, citamos dois, o artigo ENP-19 que faz uma análise na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o artigo EP-15 que pesquisa no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI).

Os sujeitos pesquisados foram docentes, discentes inseridos na modalidade da Educação Infantil e crianças de uma comunidade indígena. Entender as especificidades dos sujeitos pesquisados. Silva e Domingos (2019), apontam para a importância da pesquisa se aproximar da comunidade local e escolar.

4.2 Concepção de Educação ambiental encontradas nos artigos

As características extraídas a fim de compreendermos qual a concepção se insere esses artigos não é para criticar ou silenciar atividades em EA seja ela de que natureza for, no artigo (ENP-19) discute “a última versão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no qual é legitimado o desaparecimento da Educação Ambiental (EA)” (SILVA; LOUREIRO, 2019, p.2).

Diante disso, percebemos a importância do trabalho no campo da Educação Ambiental, independente da compreensão utilizada pelo educador. Esta seção evidencia o mapeamento de informações específicas sobre o tema explanado nesta pesquisa e encontrado a partir da análise dos artigos sem críticas ou desvalorização da abordagem utilizada.

Ao analisar os artigos por meio da leitura completa de seu conteúdo, os artigos revelaram certas características das abordagens presentes nas concepções de educação ambiental dos trabalhos, bem como o entendimento e a dimensão política do campo que é a Educação Ambiental. Diante da complexidade dos trabalhos apresentados, fica impossível apresentar as diversas concepções presentes nos trabalhos, o que faremos aqui é apresentar algumas apreensões a partir da nossa construção de dados.

Na sua maioria, os trabalhos apresentam uma concepção transformadora, preocupados com a crise socioambiental vivida pela atual sociedade, e para solucionar essas questões apresentam alternativas presentes a partir da solidificação de uma Educação Ambiental emancipadora e transformadora nas escolas, apreendida aqui como a consciência do cidadão e seu processo de construção, refletindo também sobre seu processo histórico (TONET, 2005). “Inicialmente, as Unidades Escolares deveriam incluir em seus projetos políticos Pedagógicos a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, conforme previsto na legislação vigente.” (ENE-14)

A EA ainda está se consolidando como campo de estudo, e por muitas vezes é desenvolvida baseada em práticas como a de reciclagem (EP-15/C). Com o passar dos anos ela foi se expandindo e sendo modificada.

Para as autoras do artigo (EP-11/B), (EP-11/A) e (ENP-17) foi possível articular através de diversas estratégias como sequências didáticas, jogos, aulas de campos, dentre outros, que podemos iniciar um processo de sensibilização dos estudantes perante as questões socioambientais, e que esse espaço surge como promissor ao desenvolvimento de práticas em EA Crítica.

Pensando nas questões socioambientais que o mundo está inserido, compreendemos que, seja qual for a macrotendência que influencie o trabalho com a

EA, o importante é que a EA aconteça nos espaços formais e não formais da sociedade, só assim poderemos garantir a que as mudanças necessárias aconteçam.

4.3 Por onde caminha a relação entre um trabalho em Educação Ambiental Crítica com turmas da Educação Infantil?

Tozoni-Reis (2008) aponta para algumas tendências no trabalho com a EA. A primeira cita a EA como um processo individualizado de formação, através de mudanças de postura e comportamento com o meio ambiente. Encontrada em todos os artigos analisados, aquela que se preocupa com o meio ambiente, que cuida e preserva. A autora aponta uma segunda tendência, na qual, a EA é considerada como uma forma de transmissão de conhecimento científico da área de Ciências e só utilizada pela disciplina de ciências, é uma educação ambiental tratada em caixinha. E a terceira, que enfatiza os aspectos sociais, históricos e culturais do processo educativo, valorizando o indivíduo no coletivo e articulando o conhecimento científico às questões sociais.

Percebemos também que os autores têm uma preocupação para que a criança perceba a natureza e o meio em que vive e convive como espaço que deve ser cuidado, amado e respeitado. De acordo como Guimarães (2003) a partir do momento em que o ser humano cria essa consciência, entende-se que a exploração atravessa caminhos que traz consigo graves consequências para o meio e para si. Com isso, se aproximando do caminho para harmonia e equilíbrio socioambiental.

Percebemos que os artigos caminham por alguns espaços que nos permitem caracterizá-los como mais conservadores ou transformadores, o que para Layrargues e Lima (2014, p.28) podem ser entendidas como: Conservacionista “uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, encontrada no artigo (EP-11/A) (ENP-11/A) e (EP-15C), práticas mais romantizadas que se preocupam com as questões ambientais, valorizando o meio em que vive e convive, entendendo que o cuidar, o preservar, reciclar, a economia de água dentre outras ações, são de suma importância para a vida no planeta Terra.

Outros autores, apoiam-se com ênfase numa visão transformadora, que além de todas essas ações citadas anteriormente, buscam um entendimento na raiz do problema, pensando em trazer soluções e transformações para o modo de vida imposto pelo capitalismo, “buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” LAYRARGUES; LIMA (2014, p.28), os artigos que trabalham baseados nesse enfrentamento são: (EP-15A), (EP-15/B), (ENP-11/B), (ENP-17), (ENE-14), (EP-11/B) e (ENP-19).

Pesquisas como as de Ramos (2021) confirmam que mesmo de maneira lenta e tímida, a EA está conseguindo ganhar espaços nas escolas, geralmente sem muita criticidade dentro do processo, como as pesquisas (EP-11/A), (ENP-11/A) e (EP-15C). Segundo os trabalhos: (EP-15A), (EP-15/B), (ENP-11/B), (ENP-17), (ENE-14), (EP-11/B) e (ENP-19), existem algumas barreiras que precisam ser superadas pelos espaços formais de ensino, mas que as crianças buscam ativamente o conhecer, através de brincadeiras, atividades lúdicas, jogos e diálogos. Entendendo que esse caminhar é composto por algumas tensões e possibilidades, porém que é possível sim, envolver nossas crianças no campo da Educação Ambiental, numa relação de troca, conquistas, formação e informação, para que os professores, por muitas vezes tem seu primeiro contato com a EA na sala de aula, já como professor, sintam-se preparados para compartilhar com seus alunos a grandeza e o potencial da EA na EI.

4.4 Instrumentos e espaços utilizados no trabalho com a Educação Ambiental com alunos da Educação Infantil encontrados nos artigos.

Não há como discorrer acerca desse tema, sem pensar nas adaptações necessárias para o trabalho com essa modalidade de ensino. Precisamos transformar a realidade de entendimento de cada criança, respeitando a idade de cada uma e as fases de desenvolvimento em que a turma se encontra. Segundo Piaget (2001), crianças de 02 a 07 anos encontram-se na fase pré-operatória, nesse período, a criança manifesta suas ideias através das representações da realidade dos próprios pensamentos.

Essa fase é marcada pela imaginação, no qual, o faz de conta é muito utilizado para o desenvolvimento da criança. No artigo (EP-11/B), a imaginação foi bastante

utilizada. mediante o uso de desenhos, os alunos puderam expor suas ideias e opiniões, o artigo deixa claro o quanto importante é essa ferramenta de avaliação para os projetos de Educação Ambiental. Essas ações sempre ocorriam nos pátios e salas de aula da própria escola.

“As brincadeiras, jogos e histórias, auxiliar para uma reflexão mais profunda dos problemas sociais também” (ENP-17). Para os pesquisadores, tão importante quanto trabalhar a EA, é a maneira, o local escolhido e os instrumentos que devem se utilizar para desenvolver um trabalho significativo com essas crianças. A sequência didática *“é um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.” (ZABALA, 1998, p. 18).* No artigo (ENP-17), foi utilizada como estímulo para que através de brincadeiras, as questões socioambientais fossem sendo problematizadas e que alguns caminhos possíveis fossem surgindo da interação dialógica criada pelos pares.

Os demais artigos não utilizaram ou não deixaram claro quais instrumentos de trabalho foram empregados para a realização do trabalho.

Pensar em EA com crianças de EI não é uma das tarefas mais fáceis, por isso, se torna relevante a utilização de alguns instrumentos para que sejam mediadores entre o adulto, a criança e as discussões socioambientais que podem surgir dessa interação.

4.5 Referenciais e Temáticas enunciadas como promissoras no trabalho com a Educação Ambiental na Educação Infantil nos trabalhos analisados.

Por meio dos artigos que tratam das temáticas necessárias e possíveis para o trabalho com a Educação Infantil, percebemos que a preocupação dos autores é com práticas viáveis para se trabalhar com a questão ambiental.

Apenas os dois artigos (ENP-11) e (EP-15/C) trouxeram reflexões acerca das temáticas que podem ser utilizadas com o trabalho de Educação Infantil. Eles apontam a *“Reciclagem”* como uma temática para se começar a trabalhar a EA com alunos de 3 a 6 anos. *“A prática da reciclagem na Educação Infantil corrobora para*

que o educando compreenda a temática ambiental e possa relacionar isso a sua vida, ou seja, no espaço onde vivem e se relacionam. (SOUTO, 2015). (EP-15/C). E o artigo (ENP-17), que aborda tema consumismo como grande relevância, “dada a situação em que as crianças já são consumidoras”. (COUTO;VIVEIRO, 2017).

4.6 Documentos e autores utilizadas pelos artigos para fortalecer a temática nos artigos.

Nessa última categoria, enunciaremos os principais autores citados nos artigos analisados. Isabel Cristina de Moura Carvalho é uma das autoras mais citadas nos artigos. Ela aparece em seis (EP-15/C, ENP-11/A, ENP-11/B, EP-11/A, EP-15/A e EP-15/C), Carvalho (2004) aparece discutindo sobre as contribuições que educação ambiental pode proporcionar em combate a crise ambiental.

Autores citados em pesquisa de Educação Ambiental como (GUIMARÃES, 2000, 2003, 2004 e 2005); (FREIRE, 1997) (LOUREIRO 2009, 2012, 2015); (DIAS,1992 e 2001); (MAURO, 2004); (REIGOTA, 1998); (TOZONI-REIS, 2007) também foram bastantes utilizados nos artigos analisados. E a partir das análises realizadas, pode-se compreender que não existe um referencial específico a cada modalidade de ensino, e sim referenciais trazido do campo da Educação Ambiental para dialogar com a Educação Infantil, na tentativa de empreender novas práticas para as mudanças almeçadas.

Todos os autores dos artigos utilizam-se das bases legais para defender a obrigatoriedade da Educação Ambiental em salas de Educação Infantil artigos, a (PNEA - Lei 9795/99) é citado nos (EP-15/B, EP-11/A, EP-15/C), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é citado nos trabalhos (ENP-17 e EP-15/B). Por fim, o ENP-19 aborda sobre a BNCC de maneira crítica, na qual, os autores deixam claro sobre o silenciamento que a Base traz em sua última versão quando trata sobre a EA, apontando os retrocessos no campo da Educação Ambiental.

Considerações:

Diante das centenas de artigos consultados neste levantamento, constatamos que existe um número bem pequeno que representa os estudos em Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil, ao pesquisar em três diferentes eventos sobre educação ambiental e Ensino de Ciências, só foram encontrados 10 artigos.

Após as leituras desse material, constatamos que os autores utilizam de diversas práticas educativas consolidadas de Educação Ambiental. Alguns buscam uma ideia mais romantizada de educação, orientada pela conscientização ecológica, priorizando o cuidado e preservação do meio ambiente ou por meio da utilização de projetos, buscando resolver todos os problemas ambientais partindo de ações como preservação, reciclagem ou economia de água.

Apesar de desafiante, entende-se a importância do estudo dessa temática pouco explorada, de problematizá-la em salas de Educação Infantil através de aportes teóricos que sustente uma discussão pautada na tentativa de reverter a crise ambiental que o planeta atravessa. É importante mencionar que entendemos as possibilidades de diversos motivos pelas ausências dessas publicações, o que não se caracteriza como relevante em nossa pesquisa. O que ressaltamos através desse estudo bibliográfico é a pequena quantidade ou ausência desses estudos nos eventos selecionados de EA e Ensino de Ciências.

Sendo assim, fica muito nítida a necessidade de trabalhos que discutam essa temática, a fim de promover uma socialização entre educadores para que novas posturas sejam tomadas frente aos problemas socioambientais.

Referências:

AZEVEDO, Letícia Freitas. As possibilidades de interface entre Educação do campo e a Educação ambiental: uma análise documental e as concepções das professoras de uma escola do campo. **Dissertação** de Mestrado (Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores)-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpcontent/uploads/2017/08/Let%C3%ADcia-Freitas.pdf>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.] (Obra original publicada em 1977).

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1997.

BRASIL. Lei 9795 de 27 de abril de 1999, publicada em Diário Oficial da União em 28 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 01 de Julho. 2020

BRÍGIDA, I.G.P. ; PICCININI, L.C. **Aprendendo a reciclar: um projeto de educação infantil**. ENPEC. Campinas – São Paulo. 2021

CAMPOS, Daniela Bertolucci. Educação Ambiental na educação infantil: conhecimentos, valores e participação política no eixo de trabalho “natureza e sociedade” do RCNEI. VIII EPEA – Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015.

CRAIDY, Maria e KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Rj: Vozes. 2006.

COUTO, a.r.o.; VIVEIRO, A.A. Educação Ambiental Crítica e Educação Infantil: Uma interlocução possível. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em

Ciências – XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de Julho de 2017.

CRUZ, A.C.S.; ZANON, A.M. Investigando a prática pedagógica de professores/as da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a presença da educação ambiental em uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS. VI Encontro “**Pesquisa em Educação Ambiental**” Cod. 0132-1. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

DOMINGOS, P.; SILVA, S.N. Mapeamento dos artigos apresentados no grupo de discussão de pesquisa educação ambiental no contexto escolar do EPEA de 2017. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**. REVISEA. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, V.7, N.2, 2019.

DOMINGOS, P.; SILVA, S. N. O que foi discutido e pesquisado no Grupo de Discussão e Pesquisa em Educação Ambiental e contexto escolar (GDP) do EPEA2019?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.15, n.1, 2020.

FERNANDES, Andressa Lemos. **A Educação Ambiental na Educação Infantil: Sentidos produzidos no cotidiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007, p.141)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papirus, 2004. In: LAYRARGUES, P.P. Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25 – 34.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). **Pensamento Complexo, Dialética, e Educação Ambiental**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 72-103.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.17, n.1, p. 23-40. jan.-mar.2014.

LIMA, G. F. da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145 - 163, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2, jul./dez. 2008.

- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.
- LOUREIRO, C.F.B. **Premissas Teóricas para uma Educação Ambiental transformadora.** *Ambiente e Educação*, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.
- LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- LÜDKE, M.. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas.** In: SOUZA, C.; MORALES, O.E.T. (Orgs). *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens.* PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.
- NASCIMENTO, L.A.L.; MATOS, E.M.; BOMFIM, A.M. Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil: um espaço promissor. **Revista da SBEnbio** - Número 7 - outubro de 2014.
- RIBEIRO, Â.M.; GRYNSPAN,D.; AGUIAR,S.K.E.; D'ALMEIDA.M.P.K. Educação Ambiental na Educação Infantil: aprendendo por meio das múltiplas linguagens. ENPEC. Campinas - São Paulo. 2011.
- SAHEB, D.; RODRIGUES, D. G. A Educação Ambiental na Educação Infantil: limites e possibilidades. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2016
- SANTOS, Cauane Rocha. A abordagem de temas socioambientais como forma de articulação entre Educação Ambiental Crítica e Ensino de Ciências na percepção de professores no Ensino Fundamental. **Dissertação** de Mestrado (Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores)-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpContent/uploads/2019/07/Vers%C3%A3o-final-DISSERTA%C3%87%C3%83O-CAUANE.pdf>
- SANTANA, P.M.C; FREDERICO, I.B.; ALMEIDA, E.M.P. A criança e suas concepções de ambiente: o desenho e o diálogo como potenciais instrumentos de avaliação em projetos de Educação Ambiental. VI Encontro “**Pesquisa em Educação Ambiental**” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-graduação no Brasil. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

SILVA, Leonardo Dias da. A Educação Ambiental em uma escola de Educação Infantil em São Paulo: Currículos e Práticas. **Dissertação** de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, p.171)

SILVA, Luana Santos. **Natureza e infâncias: as diferentes experiências culturais. VIII EPEA** – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 19 à 22 de Julho de 2015.

SILVA, S. N. **A BNCC da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: Políticas públicas, currículo, competências e Educação Ambiental**. Editora CRV. Curitiba, 2019.

SILVA, S.N.; LOUREIRO, C.F.B. O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil – Ensino Fundamental): os temas sustentabilidade / sustentável a partir da Agenda 2030. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **XII ENPEC**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019.

SOUTO, S.M.S. A reciclagem: aprendendo sobre a educação ambiental nos anos iniciais da educação infantil. VIII EPEA – **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio de Janeiro, 19 à 22 de julho de 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed,1998.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE UMA ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA VIA PROJETOS PEDAGÓGICOS

Andreia Barreto Chaves

Mestranda do programa de pós-graduação programa de pós-graduação Mestrado acadêmico educação científica e formação de professores-UESB
2020m0242@uesb.edu.br

Silvana do Nascimento Silva

Professora Adjunta da área de Educação do Departamento de Ciências Biológicas (UESB)
silvananascimento@uesb.edu.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo comprovar ou não, objetivos para a EA em interface com o ensino de ciências por meio da análise de documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógicos e Projetos) de uma escola pública quilombola de EI. Respondendo a seguinte questão: a educação ambiental crítica está presente no Projeto Político Pedagógico e demais projetos da escola? O *corpus* da pesquisa foi constituído a partir da análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Projeto Didático (PD) de uma escola Municipal Quilombola de Educação Infantil na cidade de Jequié-BA. Dessa forma os resultados demonstraram que, por mais que o PPP, não apresente escritos sobre a nomenclatura “Educação Ambiental”, ao analisar o referido documento e o Projeto Didático do semestre desta instituição, observamos que existe uma preocupação no desenvolvimento de ações para a formação cultural do cidadão, pensando em propostas pedagógicas dinâmicas, lúdicas, significativas e que contribua para o desenvolvimento crítico de seus alunos.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica. Educação Infantil. Projeto.

Abstract: This research aims to prove or not, goals for EE in interface with science teaching through the analysis of pedagogical documents (Political Pedagogical Project and Projects) of a quilombola public school of EI. Answering the following question: is critical environmental education present in the Political Pedagogical Project and other school projects? The corpus of the research was constituted from the document analysis of the Pedagogical Policy Project (PPP) and the Teaching Project (PD) of a Quilombola Municipal School of Early Childhood Education in the city of Jequié-BA. Thus the results showed that, although the PPP, does not present writings on the nomenclature "Environmental Education", when analyzing this document and the Didactic Project of the semester of this institution, we observed that there is a concern in the development of actions for the cultural formation of the

citizen, thinking in dynamic, playful, significant pedagogical proposals that contribute to the critical development of their students.

Keywords: Critical Environmental Education. Early Childhood Education. Project.

Introdução

Ao estudarmos sobre a educação Infantil no Brasil, fica nítida a falta de políticas apropriadas para essa modalidade de ensino. Percebemos que a educação foi por muito tempo pensada para contemplar demandas do ensino fundamental, médio e superior, pois são raros os achados que fundamente a educação infantil.

As próprias leis que tratam sobre a educação infantil só foram efetivadas há algumas décadas. O primeiro grande marco na história da educação infantil veio com a Constituição de 1988, que reconheceu – pela primeira vez – a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional no país. No ano de 1996 um fato importante veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a constituição da educação infantil como dever dos municípios e estabeleceu idades e critérios para o ensino em creches e pré-escola.

Algumas lutas foram travadas para que de fato a infância fosse vista e as crianças ocupassem espaços como cidadãos de direitos que são. Kramer (2003) salienta que, a atenção às crianças na Educação Infantil, no Brasil até meados do século XIX, era praticamente inexistente, os cuidados dos filhos pequenos cabiam exclusivamente à família. A autora também afirma que com os avanços da sociedade, e a reestruturação das famílias brasileiras, a classe operária começa a reivindicar por creches e/ou escola maternais que pudessem assistir aos filhos dos trabalhadores.

Entendemos a Educação Ambiental numa perspectiva que vai além do cuidado com o ambiente. Engloba aspectos como respeito ao outro, as emoções, aos sentimentos, a construção do indivíduo, a coletividade é que proporciona mudanças por novas práticas sociais do ser humano, o que na sociedade que vivemos precisam ser urgentes.

Vivemos numa sociedade marcada pelo avanço tecnológico e conseqüentemente pelo consumismo. É notória a extração irresponsável dos recursos naturais em função de uma sociedade que vive de transformações digitais e o uso desenfreados de produtos que garantam “status social” tão almejado pelas pessoas. Desse modo, a Educação Ambiental (EA) é reconhecida como “de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de sociedade” (LOUREIRO, 2008, p. 3). Para o autor, uma sociedade que cuide dos aspectos sociambientais existentes, que se preocupe com as pessoas e com o planeta.

De acordo com a LDB, a Educação Infantil é uma fase que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança “em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Partindo disso, a escola deve proporcionar o surgimento de novas aprendizagens através da discussão e interação entre os protagonistas que lá atuam. Daí, as práticas de assistencialismo tradicionais em creches e pré-escola já não se adequam as novas necessidades das crianças.

Nessa direção, um dos documentos que norteia o processo de ensino e aprendizagem em sua escola é o PPP, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é um documento norteador das práticas pedagógicas e de seus resultados. Ou seja, é através dele que poderemos identificar como que a escola está desenvolvendo seus exercícios educacionais, além de fortalecer para uma identidade clara, professores seguros e decididos, pois colaboram com a construção da proposta e muita segurança na hora de tomar decisões referentes: a escola, avaliação, metodologia de ensino dentre outros aspectos que envolvem o a escola.

Esse documento torna-se essencial para qualquer Instituição de Ensino, na qual, todos os procedimentos metodológicos estão descritos. Assim como a execução de projetos pedagógicos, eles que oferecem oportunidades de construção de aprendizagens significativas aos envolvidos e concomitantemente, possibilita aos alunos o crescimento de sua autonomia, criatividade, criticidade e saberes.

Nessa perspectiva, por meio de levantamento da literatura que aborda sobre o tema em questão, percebemos a escassez de publicações sobre essa temática. Diante dessa lacuna, surgiu a seguinte questão norteadora: Os objetivos para a educação

ambiental, estão presentes no Projeto Político Pedagógico e de demais projetos da escola?

Partindo desse contexto, a presente pesquisa procurou compreender como o Projeto Político Pedagógico (PPP) é constituído a fim de promover práticas educacionais que direcionem um ensino voltado para uma educação ambiental no ensino da Educação Infantil. O objetivo desse artigo foi comprovar ou não, objetivos para a EA em interface com o ensino de ciências por meio da análise de documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógicos e Projetos) de uma escola pública quilombola de EI.

2. Referencial Teórico

2.1 Papel da escola infantil na formação do cidadão crítico.

Sabemos que o primeiro vínculo com a aprendizagem do ser humano é com a família. É na família que aprendemos a andar, falar e desenvolvemos nossas atividades fisiológicas básicas. Mas, com o passar do tempo, as necessidades sociais nos impulsionam a outros espaços, como por exemplo, a escola, que na maioria das vezes é o primeiro espaço social que somos inseridos.

A escola exerce um papel fundamental na formação do ser humano. É pela escola que os conhecimentos formais e não formais são socializados. Segundo a LDB- Lei Diretrizes e Base Da Educação Nacional, é dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos BRASIL (1996). A partir dessa lei, fica clara a função que a escola deve exercer na vida dos alunos, por meio de instruções, reflexões, discussões e ações que gere aprendizagem, traga significado a vida do aluno. E mais que isso, essa educação precisa contemplar inúmeros fatores que a vida social exige do indivíduo.

Afinal é na escola que os alunos encontram meios para seu desenvolvimento dentro da sociedade. Preparando os alunos para os desafios que a vida impõe. Mais do que preparar o aluno para o mercado de trabalho, a escola precisa criar

possibilidades para desenvolver e exercitar seu potencial cognitivo, social e emocional.

Para Freire (1968), o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Esse processo deve partir da escola, por meio de atividades que visem ampliar a responsabilidade, autocontrole, disciplina, empatia, senso crítico, autoconfiança, autocontrole, dentre outros aspectos tão necessários à formação do cidadão crítico e atuante na sociedade em que está inserido.

Por isso, a escola deve formar e informar, buscando e acreditando num planejamento eficaz, que seja capaz de guiar professores e alunos em prol de uma nova prática social frente as adversidades impostas pelo dia a dia do ser humano. Em grande parte, as instituições de ensino precisam esvaziar-se das práticas tradicionais. Elas que por décadas fizeram parte de uma educação autoritária e sem um pensar crítico, na qual, os alunos eram vistos como depósito de conteúdos, que por muitas vezes nem eram parte do cotidiano dos alunos, o que Freire (1974) chamava de Educação Bancária.

Logo, pensar na função da escola na vida de seus alunos, é entender que perpassa pela ideia de uma educação conteudista, entendendo que esse espaço se torna essencial a vida do ser humano, desde que pensado e planejado para que seus alunos possam desenvolver seu próprio senso crítico.

2.1. O papel das escolas de Educação Infantil nas Comunidades Quilombolas

Em 2012, com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, fica regulamentada a educação Quilombola para as escolas inseridas nestas comunidades. Segundo as diretrizes, as escolas deveriam inserir nos seus currículos os temas relacionados à cultura e à especificidade etnocultural.

A elaboração dessas Diretrizes seguiu as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que determinava que a Educação Escolar Quilombola aconteça nas escolas em suas próprias terras, baseada na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia de maneira própria e de acordo

com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-a e valorizando-a (BRASIL, 2013).

As autoras Campos; Gallinari (2017) demonstram grande relevância a educação quilombola, as crianças já crescem inseridas na cultura própria de sua comunidade, “uma escola quilombola de qualidade pode possibilitar o empoderamento de suas crianças e jovens, garantindo a continuidade da luta de seus ancestrais. A consequência não pode ser outra que não a melhoria das condições do povo negro dessas comunidades” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p.200).

Campos; Gllinari (2017), assinalam a eficiência da educação Quilombola:

“A sua eficiência é o que contribui para o empoderamento das crianças e jovens quilombolas, algo fundamental para continuarem na luta pela garantia de permanência em seu território, o que, conseqüentemente, contribui na melhoria das condições de vida e ensino dessas comunidades” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p.215).

As escolas Quilombolas proporcionam aos seus alunos muito mais que apreensão dos conhecimentos, mas, serve de instrumento de resistência, apontando caminhos, quebrando os preconceitos e traz transformações para as populações quilombolas.

2.3. A Educação Ambiental e a Educação Quilombola

Historicamente, os povos quilombolas precisaram da natureza para se instalar num ambiente próprio. Escondidos em florestas e distantes da vida em sociedade, reconstruíram suas próprias comunidades, moradias, culturas e saberes.

Sabemos que, com o processo de luta das comunidades, diversos avanços ocorreram a respeito da consciência de direito dos quilombolas, dentre eles: direito às identidades étnico-raciais, à terra, ao território e à educação (CAMPOS; GALLINARI, 2017). Com esses avanços, os quilombolas passaram a lutar por seus direitos.

Apenas em 1988 que os quilombolas tiveram direitos reconhecidos na constituição Brasileira, no artigo 68, na tentativa de reparar todas as injustiças sofridas pelos povos quilombolas. A constituição também obriga os Estados a

formular políticas públicas de proteção aos quilombolas, como a delimitação, demarcação e titulação de suas terras.

A constituição também garante nos artigos 215 e 216 aos quilombolas, o direito à manutenção da cultura própria, aumentando o respeito à aceitação as religiões, crenças e a maneira como eles entendem e se relacionam com a natureza.

Em 2003 foi elaborado um decreto que visa garantir a posse das terras e uma melhor qualidade de vida aos quilombolas. O documento versa sobre os direitos desses povos a serviços essenciais como saúde, educação e saneamento; direitos essenciais a vida. Só em 2018, o Supremo garantiu a constitucionalidade do decreto.

Apesar de grandes avanços com a publicações das leis e decretos, atualmente visualizamos um campo de muitas lutas e resistências. Apenas as leis não forma suficiente para que os direitos fossem garantidos e efetivados.

Muitas conquistas ainda são necessárias. A escola pode ser propulsora nesse movimento, através de uma educação libertadora e problematizadora que para Freire (1974), é uma forma de estimular os alunos a questionarem o mundo, apontando soluções e se entendendo como parte das possíveis transformações, não só se conformando com o que está posto. De acordo com o autor, fazemos parte de sociedade e dos processos de mudanças, não devemos nos conformar com o que não está dando certo.

Pensando nessas questões, acreditamos que a Educação Ambiental Crítica propõe, enquanto campo aberto aos debates socioambientais, possibilidades e caminhos para que os educadores e educandos se fortaleçam nos espaços de educação formal no investimento e empoderamento às lutas concernentes as questões enfrentadas na educação quilombola.

Para Tozoni-Reis (2004), a educação ambiental crítica se situa no próprio debate da educação. Ela discute o conceito de educação para evidenciar que, enquanto prática social construída historicamente, a educação é espaço de disputa entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade.

A autora salienta ainda que:

...a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não

é a ideologia da harmonia, nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, expressas pela atividade essencial, o trabalho – compreendido em sua amplitude filosófica – tomando como síntese da produção da vida individual e coletiva (TOZONI-REIS, 2004, P. 145).

Assim, a autora preconiza o trabalho com a educação ambiental crítica nos espaços formais e informais de educação. Para o fortalecimento e emancipação dos sujeitos sociais e as lutas frente aos desafios impostos a vida em comunidades quilombolas do país.

2.4 A importância e significado do planejamento escolar em interface com a Educação Ambiental.

O planejamento escolar impulsiona professores e alunos ao processo de ensino-aprendizagem. É por meio dele que as atividades pedagógicas são direcionadas, é por onde os professores tratam de objetivos, metodologias e avaliações para o desenvolvimento das potencialidades de seus alunos.

De acordo com Libâneo (1994), o planejamento bem estruturado favorece a realização do trabalho didático e organiza uma boa execução das ações para se chegar ao objetivo sem improvisos, com todos os passos bem pensados e organizados.

Através de planejamentos bem estruturados, a implementação da Educação Ambiental como campo de desenvolvimento e políticas pedagógicas, deve proporcionar ao educando a formação necessária para aprendizagem dos conhecimentos e desenvolvimentos críticos que é fundamental na vida de todos. É através da Educação Ambiental que as mudanças tão necessárias podem acontecer, preparando os alunos para serem agentes de transformação social e conseqüentemente ambientais. Nesse cenário, alguns autores como Guimarães (2000), Lima (2009), Loureiro (2019) e Layragues (2011) entendem a Educação Ambiental como a mola propulsora para mudar a crise mundial.

2. 4.1 Trabalho com Projeto Político Pedagógico e Projetos Pedagógicos no contexto escolar.

O que é e para quê o Projeto Político Pedagógico?

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, em seu artigo 12º, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, na qual, devem ficar claros os objetivos e finalidades das práticas educativas da instituição, o tão conhecido Projeto Político Pedagógico (PPP).

O PPP é um documento orientador para gestores, professores e alunos. Esse deve ser construído pela comunidade escolar, por meio do conselho escolar, sendo democrático e pensando nos “fortalecimentos das lutas sociais, na conquista da cidadania e possibilitando ampliar cada vez mais o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses” (LIBÂNEO, 2001, p. 44). Contudo, tais objetivos só serão alcançados se todos os atores envolvidos estiverem engajados no mesmo propósito: escola, família, professores e demais funcionários da escola, gestão e alunos.

Para Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579).

Mais do que promessa, o PPP é parte importante do dia a dia escolar, é nele que devem ser encontradas as respostas pertinentes a séries de dúvidas surgidas no contexto escolar. Após ser construído e aprovado pela comunidade escolar, ele se constitui como uma espécie de guia da escola, documento, no qual a escola poderá encontrar as respostas para as inquietações que surgem cotidianamente no contexto escolar.

Por isso, é um documento que deve estar acessível e disponível a comunidade escolar. É um instrumento de trabalho que orienta e trazem os planos de ensino, servirão para estruturar o caminho metodológico do ano letivo.

2.4.2 Projetos pedagógicos no contexto escolar e a Educação Ambiental Crítica

No Brasil, a discussão em torno da questão de projetos iniciou-se na década de 1930, com a “pedagogia de projetos”, proposta por Anísio Teixeira e Lourenço Filho, no contexto do movimento da Escola Nova.

Os projetos escolares, aqui nomeados de projetos didáticos, são fontes de desenvolvimento aos educandos e educadores. Para Zabala (1998) os projetos são formas de apresentar os conteúdos de aprendizagens, organizando-os em unidades didáticas, que são relevantes em função a forma como a realidade se constitui globalmente, ou seja, uma maneira mais crítica e lúdica para trabalhar os conteúdos nas diversas áreas do conhecimento.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, a Educação Ambiental deve ser trabalhada como tema integrador, ou seja, através de práticas e objetivos que perpassem em todas as etapas de ensino.

Loureiro (2006) afirma que a Educação Ambiental Crítica deve acontecer em todos os momentos da educação formal. O autor sempre defendeu o caráter crítico da EA, vislumbrando um trabalho não só da preservação ambiental, mas sim desenvolvendo objetivos de problematização socioambientais, pensando na formação integral do ser, capaz de gerir e solucionar situações que a sociedade capitalista impõe.

Geralmente a Educação Ambiental é trabalhada em projetos pontuais de preservação do meio ambiente, abordando questões de cuidados e reciclagem, preocupando-se em resolver questões momentâneas, que com frequência voltarão a acontecer. Pensando em estruturar essas questões numa vertente mais crítica, os projetos devem proporcionar atividades que levem o aluno a criar sua autonomia frente as questões impostas.

Sendo assim, Loureiro (2019) acredita que não devemos desistir diante dos desafios de desenvolver um processo crítico de educação. E sim, buscar a inserção de uma educação que desenvolva novos valores e saberes. Concebendo um ser humano ético, social, econômico e ambiental, capaz de partir para o enfrentamento das questões socioambientais.

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem de pesquisa

Este estudo consiste numa investigação qualitativa, “o intuito da realização de uma pesquisa qualitativa não é saber a verdade, nem comparar realidades distintas, mas sim compreender os fenômenos de modo distinto e a partir dessas compreensões produzir novos saberes” (BOGDAN; BIKLEN;1994). Composta pela técnica exploratória, coloca em destaque documentos que são fonte de informações riquíssimas e muito bem-vindas a pesquisa. Implica em trazer para a discussão uma metodologia que é “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986 p, 38).

3.2 Campo de estudo

Entendendo a necessidade da Educação Ambiental no Contexto escolar da Educação Infantil e por consequência, apoiada por um Projeto Político Pedagógico que direcione gestão, professores, alunos e comunidade nessa caminhada, é que buscamos investigar na prática, como está articulado o PPP de uma escola Municipal de Jequié-BA e como se desdobra na aplicação de um projeto semestral nessa mesma instituição.

Em função da ética profissional necessária, iremos preferir tratar nosso local de estudo, por Escola Municipal de Educação Infantil. Essa instituição está situada em um bairro quilombola, onde existem comunidades remanescentes dos quilombos. Por se constituírem com dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas, com características geográficas e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem é que recebeu o título de escola quilombola. ocupando um prédio da Igreja Católica, cedido a prefeitura para a criação da mesma.

Foi fundada em 1992, atendendo aos diversos públicos, só a partir de 1999 começou a atender apenas as crianças da pré-escola, um público com faixa etária entre 4 e 5 anos. Na tabela 1, podemos conferir algumas informações sobre a escola:

Tabela 05: Informações sobre a escola

Fundação:	Lei: 1277 de 30 de dezembro de 1992
Turnos de funcionamento:	Matutino e Vespertino
Total de alunos:	248
Infraestrutura:	Alimentação escolar para os alunos; Energia da rede pública; Acesso a Internet; Água filtrada; Coleta de lixo periódica e Esgoto da rede pública.
Instalações de Ensino:	Seis salas de aula; Uma sala de administração; Uma secretaria; Uma cozinha; Uma dispensa; Um almoxarifado e Banheiros para alunos, professores e profissionais que lá atuam.
A escola ainda não possui:	Sala do professor; Refeitório; Sala de vídeo; Biblioteca e Sala de coordenação:

Fonte: Construída pela autora com base no PPP da Instituição.

3.3 Compondo a análise dos dados: Análise de Conteúdo

Para a apreciação dos dados foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin (2016). Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Contamos com a metodologia de Análise de Conteúdo (AC) que Bardin (1977, p. 42), define como: “[...]conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”

A Análise descreve três etapas para garantir o rigor e relevância científica. Bardin (1977) destaca que a AC possui duas funções, a primeira é explorar bem o conteúdo pesquisado e descobrir outros tantos elementos que surgem no decorrer da análise, a segunda função é o surgimento das hipóteses que servem de diretrizes para o encaminhamento da pesquisa.

Estudamos, compreendemos e seguimos por esses espaços para a construção de dados sólidos e robustos. O primeiro passo foi organizar o material para a análise. Começamos pela Pré-Análise, que trata da organização dos dados para construção do corpus da pesquisa. Para Bardin, o Corpus são os documentos que serão submetidos a análise.

Para estruturar o nosso corpus não foi tão simples, não tínhamos em mãos um material vasto, visto que, a escola não conseguiu nos disponibilizar todos os PPP e projetos requisitados para nossa pesquisa. Inicialmente nosso objetivo era analisar todos esses documentos desde a fundação da instituição. Mas, foi disponibilizado apenas o Projeto Político Pedagógico e um projeto semestral utilizado pela instituição.

De posse dos documentos, começamos uma leitura flutuante nesses documentos, o que consolidou a constituição do Corpus, já descrito na fundamentação teórica desta dissertação nos permitindo “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2008, p. 52).

3.4 Tratamento dos resultados e interpretações

Nessa fase, os dados coletados e categorizados precisam fazer sentido a nossa investigação, por isso, nesse momento precisamos discuti-los, dialogando com alguns aportes teóricos através das categorias e subcategorias que surgiram no processo de investigação e outras que foram retiradas da literatura existente.

Buscando responder a pesquisa de maneira clara e objetiva, entendemos que a Educação Ambiental Crítica (EAC) se estrutura dentro da Educação Infantil nessa escola municipal, verificando as possibilidades de um trabalho com a EAC. Conferindo as necessidades e anseios dessa escola na tentativa de trazer reflexões críticas para solucionar os graves problemas socioambientais que o planeta está vivendo, todas essas questões, através da análise do PPP e Projeto semestral da instituição.

Antes de partimos para as discussões que serão apresentadas pelas temáticas surgidas no processo de categorização, iremos fazer uma análise de maneira geral do PPP.

3.4.1 Análise do PPP e Projeto Didático

Durante o período de análise dos documentos na escola Municipal de Educação Infantil percebemos algumas fragilidades no processo de sustentação desse documento necessário e exigido em todas as instituições de ensino. Primeiro nos foi relatado que não existe um arquivo com todos esses documentos desde a fundação da instituição; segundo, o que estava sendo utilizado ainda passava por ajustes e ao nosso entendimento apresentou-se de maneira incompleta, constando dos itens abaixo:

Apresentação;

Metodologia definida como sociocultural;

Objetivos;

Instituição e objetivos da instituição;

Histórico;

Clientela;

Finalidade;

Organização curricular;

Planejamento das atividades;

Período.

Todos esses aspectos foram abordados por meio de objetivos. E, assim, nosso recorte se pautou nos objetivos que foram nossa unidade de contexto e partindo deles chegamos os temas que serão discutidos nas sessões a seguir.

3.4.2 Formação do ser

Essa temática agrupa a seguinte categoria, “Compromisso com o desenvolvimento social da criança” e como subcategoria “Abrangência da EA nos projetos da Escola Municipal de Educação Infantil” que serão descritas a seguir.

Salientamos que o surgimento das categorias e subcategorias se deve ao contato com a literatura, bem como ao processo da coleta dos dados no PPP e PD.

Compromisso com o desenvolvimento social da criança

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Didático (PD) da Escola Municipal de Educação Infantil, encontramos algumas unidades de registro que elucidam para uma proposta em EAC na EI como:

“Possibilidade de integrar todas as áreas do conhecimento com elementos da cultura e quilombo” (PD, p.2)

A escola está localizada numa região quilombola, inclusive leva o título de Escola Quilombola, por isso, o acesso das crianças dessa localidade a cultura do quilombo é de fundamental importância para entendimento de sua cultura e formação de seu povo. Apesar de estar descrito, não identificamos ações ou menção sobre a escola quilombola e suas especificidades no PPP.

Para Freire (2007) as crianças devem se reconhecer como indivíduo cultural, pertencente a uma sociedade que ele é capaz de transformar e realizar ações concretas que tragam modificações desejáveis. Nessa perspectiva entendemos que o PPP deveria citar sobre a função social da escola e suas especificidades, por estar localizada em uma comunidade remanescente de Quilombo e levar o título de Escola Quilombola, demonstrando o quanto a escola pode contribuir para a formação de uma visão crítica dos alunos daquela instituição, valorizando sua cultura e origem de seus povos.

Encontramos apenas um momento no PPP que aponta para o desenvolvimento da autonomia e o empoderamento dessas crianças, conforme a transcrição da unidade de registro:

“vivenciar atividades didáticas voltadas para a valorização da cultura negra” (PPP, p.4)

“como: contação de histórias, reconto e atividades com espelho demonstradas pelas figuras 1,2,3 e 4.” (PD, p. 5)

Pela culminância do Projeto Didático organizado pela escola, percebe-se diversas ações que podem contribuir ao desenvolvimento da valorização e empoderamento da cultura negra, mas entendemos que não seja suficiente, visto que, se trata de uma atividade pontual desenvolvida apenas uma vez durante todo o ano. Abaixo, algumas imagens do Projeto Didático.

Figura 2. Imagens do Projeto.



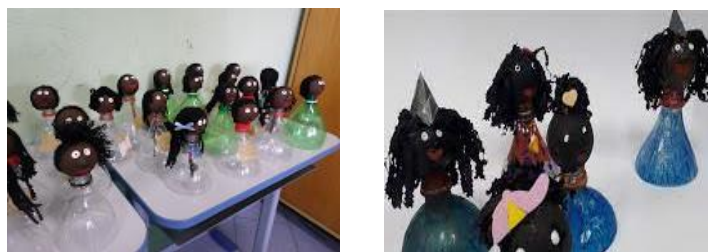
Imagens cedidas pela coordenação da escola.

Figura 3. Contação de histórias e confecção do cabelo de Lele em forma de cartaz.



Imagens cedidas pela coordenação da escola.

Figura 4. Confecção de bonecas com garrafa pet.



Imagens cedidas pela coordenação da escola

Figura 5. Contação de histórias e desfiles.



Imagens cedidas pela coordenação da escola.

Figura 6. Filme Kirikú e apresentação da história e cultura africana, além de jogos e dinâmica do abraço com músicas.



Imagens cedidas pela coordenação da escola.

O pensamento Freiriano afirma que: “[...] é esta vida que precisa ser resgatada pela escola. Muito temos que caminhar para isso, mas é no hoje que vamos viabilizando esse sonho de amanhã.” (FREIRE, 1983, p.15). Baseando-se em Freire (1983) percebemos a relevância do projeto e sua importância, no entanto, as crianças precisam de ações que as direcionem ao desenvolvimento em seus diferentes aspectos, pensando na produção e construção constante de uma base sólida de educação quilombola naquela comunidade, apenas essas ações não dão conta.

Abrangência da Educação Ambiental nos Projetos

O PPP da instituição não sinaliza para práticas de Educação Ambiental. Embora o Projeto Pedagógico especifique objetivos de Educação Ambiental, não percebemos preocupações com as questões ambientais nas ações propostas no PPP, havendo uma discrepância entre o que pretende alcançar (objetivos) com os meios para que se alcance(ações).

Nota-se uma preocupação com as questões ambientais apenas no projeto, na qual, desenvolvem práticas de reciclagem, reaproveitamento dos materiais descartados pelas famílias como garrafa PET, resto de tecidos e lãs, visualizados nas imagens cedidas pelo colégio. Apesar de visualizarmos no projeto *“Eu e você somos diferentes”* (PD) a intenção de desenvolver uma visão mais crítica, que se preocupa com o ser humano, com o coletivo, com a vida, resoluções de conflitos, participação social e respeito a diversidade, não constatamos no PPP a presença de nenhum outro projeto.

Conforme pode ser observado na unidade de registo a seguir, o PPP afirma que a escola vai:

“garantir aos educandos a construção de forma ou sistemas de representação da realidade, de acordo com seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social” (PPP, p.3).

A proposta aqui é entendida pela capacidade dos estudantes e professores desenvolverem uma compreensão crítica consciente de sua relação entre si e com o mundo. Nesse trecho, os objetivos do PPP direcionam para uma educação menos tradicional, mas novamente não encontramos ações que direcionem para esse ensino mais reflexivo.

3.4.3 Organização Curricular

Nessa temática, abordaremos “A Construção do sujeito crítico e emancipado” como categoria e como subcategoria “O desenvolvimento socioambiental”. Arroyo (2011) afirma que o currículo nem sempre coincide com a realidade social, que os cursos de formação e de educação básica estão distantes das verdades em que professores e alunos estão inseridos. E, por muitas vezes, em função de um currículo horizontal construído por pessoas que não estão integrados às escolas, a instituição é obrigada a cumpri-lo, mesmo que este não faça sentido, esteja defasado ou não condiz com a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI,1998) dá um destaque para que as propostas pedagógicas curriculares busquem contribuir para o desenvolvimento integral da criança. Levando em consideração os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo, linguísticos e socioambientais

A Construção do sujeito crítico e emancipado

O PPP demonstra uma preocupação no desenvolvimento de suas crianças. Vejamos as unidades de registros a seguir:

“por meio da construção de pessoas capazes de pensar e agir por conta própria, ou seja, críticas, autônomas e emancipadas” (PPP, p.8).

“contribuir na construção de sujeitos singulares e históricos” (PPP, p.8).

“desenvolver a capacidade de comunicação e expressão, solucionar problemas por conta própria, adotada forma mais complexas de raciocínio, agir com responsabilidade crescente em sua relação com o meio ambiente físico e social”, (PPP, p.7).

Conforme tais unidades de registros, o documento não define como a Instituição oportunizará aos seus educandos atividades relativas a um currículo preocupado com todas essas questões. O educador Miguel Arroyo acredita que a escola precisa estar mais próxima dos movimentos sociais para promover a mudança no currículo e nos projetos pedagógicos. Concordando com o autor, a escola precisa ter autonomia de desenvolver seu próprio currículo, de acordo a necessidade a escola, alunos e professores. Nesse contexto não encontramos nos registros sobre questões de currículo, como ele é articulado ou desenvolvido no ambiente escolar.

Podemos destacar a partir da unidade de registro selecionada que o PPP aborda apenas sobre a importância do ensino para seus alunos:

“não se ensina na educação infantil por meio dos conteúdos, mas sim, pelo diálogo e por algumas relações que se estabelece com a criança” (PPP, p.9)

A escola também utiliza para a realização das atividades pedagógicas:

“papel ofício, caderno de desenho, cartazes e oralidade, respeitando sempre, as características de cada faixa etária e integrando as ações”. (PPP, p. 10)

“A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdo. (...). Não pode ser a do depósito de conteúdo, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (Freire, 2005, p.77).

Partilhando com Freire (2005), acreditamos na construção crítica e diária do ser humano, não é um ser acabado e pronto, mas sim em constante movimento de construção e reconstrução. O autor aponta em suas obras a possibilidade de desenvolver uma educação partindo da tomada de consciência, intervindo e transformando a realidade em que estão envolvidos.

Dessa forma, encontramos a seguinte unidade de registo no PPP que destaca sobre ações como:

“contação de histórias, imaginação, desenhos, rodinhas dentre outras atividades desenvolvidas na EI” (PPP, p. 10)

Essas ações direcionam para um movimento de trabalho mais crítico e menos tradicional.

Desenvolvimento Socioambiental

A escola é localizada em um bairro periférico, nesse local existe a presença de um rio que corre esgoto a Céu aberto em sua direção e um campo utilizado para práticas de lazer da comunidade. É fácil detectar problemas ambientais naquela comunidade, como já citado, a escola deve ser propulsora de ações que desenvolvam no educando e na comunidade a vontade de mudanças e resolução dos problemas ambientais enfrentados na localidade.

Numa unidade de registo encontrada no PPP assinala para a necessidade do:

“desenvolvimento da compreensão dos processos da natureza e da consciência ecológica” (PPP, p. 7).

Isso nos faz refletir sobre a relação entre a criança e a natureza, e o quanto essa relação tem estado distante das nossas escolas, qual o contato com a natureza? Se a criança passa em torno de quatro horas dentro de um espaço cercado por muros e grades. Para Tiriba (2005) o distanciamento dessa relação tem acontecido justamente pela pouca importância que o mundo moderno tem dado a natureza, para a autora ainda, esse “distanciamento se deve à identificação dos elementos do mundo natural com a sujeira, a desorganização, a doença, o perigo” (TIRIBA, 2005). Sob esse prisma, a natureza seria uma ameaça a vida das crianças, por transparecer sujeiras, muitas vezes

aumentar o risco ao contágio de doenças, picadas de insetos e dessa forma comprometer a “harmonia” do mundo contemporâneo.

3.4.4 Criança e desenvolvimento

Abordaremos nessa temática a categoria que emergiu após a leitura do PPP e PD da Escola Municipal de Educação Infantil. Durante a leitura flutuante do Projeto Didático, percebemos que a escola por ser quilombola, deveria buscar a valorização e empoderamento da cultura negra, por se tratar de um bairro que se desenvolveu dentro de um território quilombola. Sendo assim, a categoria Interdisciplinaridade e a Cultura Quilombola surgem pela possível crença da escola na

“possibilidade de integrar todas as áreas do conhecimento em atividades didáticas com elementos da cultura do quilombo” (PD, p.4).

Interdisciplinaridade e a Cultura Quilombola

Para Carvalho (1998), por meio da interdisciplinaridade, teremos uma nova postura, uma nova atitude diante do ato de conhecer. Associar a interdisciplinaridade com a ludicidade torna-se fundamental nesse processo, o brincar, a contação de histórias, as fantasias são aliadas a esse processo de aprendizagem. Superando “uma visão especializada e fragmentada do conhecimento em direção a uma compreensão da complexidade e da interdependência dos fenômenos, da natureza e da vida” (CARVALHO, 1998, p. 10). A interdisciplinaridade surge no PD descrita como a possibilidade de um trabalho integrador:

“possibilidade de integrar todas as áreas do conhecimento em atividades didáticas com elementos da cultura do quilombo” (PD, p. 5)

Essa unidade demonstra uma preocupação em trabalhar com essa temática de maneira interdisciplinar a fim de um melhor desenvolvimento cultural e social de seus alunos.

Sabemos que o trabalho interdisciplinar não é uma tarefa fácil para professores e escolas, afinal precisam unir disciplinas em prol de uma só temática ou conteúdo. De maneira a refletir sobre o PD realizado na escola, observamos pelas imagens, uma preocupação com o planejamento e ações que trabalhem a representatividade da criança negra e a importância de que essa ludicidade contribua na formação dos alunos. O PD aponta uma outra unidade de registro que expressa essa preocupação:

“deixar o espaço lúdico, agradável, por onde o aluno sintá-se estimulado a desenvolver as atividades planejadas” (PD, p. 10).

Ao analisar essas imagens, percebemos a ludicidade em torno de todos os movimentos, porém percebemos, pouca ou nenhuma participação das crianças no processo de criação e execução das imagens. De acordo com Arroyo (2007), os educandos devem ser reconhecidos como sujeitos da ação educativa e não os ver apenas como empregáveis, como mercadoria para o emprego. Partindo da afirmação do autor, percebemos a importância da participação dos alunos na construção das ações que devem previstas no PD, eles precisam vivenciar esses momentos, de maneira que possa desenvolver habilidades necessárias a vida em sociedade.

Figura 7. Espaços preparados para receber os alunos.



Imagens cedidas pela coordenação da escola



Imagens cedidas pela coordenação da escola

Por exemplo, o “*desfile das crianças*” (PD), um evento parte do projeto realizado na Escola Municipal de Educação Infantil, a partir de um momento de ludicidade e construção. As crianças deveriam participar ativamente desde a escolha de seus vestuários e enfeites até o momento do desfile que poderia ser aberto a comunidade com o apoio de costureiras e artesãs da própria comunidade, ou seja, colocado a comunidade Quilombola em situação de destaque.

Além da valorização da cultura negra, o desfile iria proporcionar reflexões sobre conceitos de representatividade, resolução de conflitos, autoestima, bullying, fatores históricos, discriminação, afeto, dentre outros. E tudo isso dentro dos seis eixos apontados pelo Referencial Curricular de Educação Infantil, são eles: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, ciências, matemática, e natureza e sociedade.

Considerações finais

O Projeto Político Pedagógico de uma escola não deve ser um documento inacessível a comunidade escolar ou pesquisadores, foram inúmeras dificuldades enfrentadas nesta pesquisa para acessar o PPP e o Projeto Didático, ele precisa está disponível, completo e atualizado. O que não ocorreu na Escola Municipal de Educação Infantil.

O presente estudo teve como objetivo analisar como a educação ambiental encontra-se em interface com o ensino de ciências nos documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógico e Projeto Didático) de uma escola Municipal de Educação Infantil em Jequié-BA.

Concluimos a pesquisa, entendendo a necessidade da participação da comunidade, alunos e professores na reestruturação do PPP, pois, ao solicitarmos o documento, fomos informadas de que eles ainda estava sendo construído pela coordenadora, pois, com a mudança de profissional, o colégio estava sem o documento.

Inferimos também que existe muitas possibilidades do trabalho com a educação ambiental na educação Infantil em interface com o ensino de ciências; o documento mesmo precisando de ajustes já acolhe uma proposta interdisciplinar; Aponta para uma educação mais crítica e reflexiva, apesar de não definir as estratégias; E mesmo que não apareça a Educação Ambiental Crítica nos documentos, eles trazem como objetivo o desenvolvimento da compreensão dos processos da natureza e da consciência ecológica, o que já pode ser um ponto de partida para um trabalho com a Educação Ambiental.

Percebemos também que algumas tensões permeiam esses espaços, como: a falta de um documento estruturado e capaz de organizar uma proposta didática que dialogue com as questões escolares e as socioambientais. E a implementação de políticas públicas eficazes a fim de promover um menor rodízio de profissionais na escola. Pois, para articular seus documento, a escola precisa dialogar com seus alunos, professores e comunidade local, se os profissionais mudam constantemente o

documento não conseguiu atender a melhoria na qualidade no processo de ensino-aprendizagem aos seus alunos e professores; por fim, o documento não apresenta muitas informações acerca das ações conferidas aos seus alunos, os documentos informam muito vagamente, é estruturado por meio de objetivos a cada tópico apresentado.

Assim, entendemos que a elaboração dos documentos que orientam as práticas escolares não é uma tarefa fácil, sugere muitas ações coletivas e precisa contar com a participação de todos os sujeitos envolvidos, por mais difícil que seja, precisa acontecer.

Partindo ainda desse estudo, tornamos como importante fazermos futuramente um aprofundamento do mesmo, ouvindo as vozes inseridas nesse campo, comunidade, docentes, discentes e gestão

Referências:

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Indagações sobre Currículo: Direitos e o Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007, 52p.

AZEVEDO, Leticia Freitas. As possibilidades de interface entre Educação do campo e a Educação ambiental: uma análise documental e as concepções das professoras de uma escola do campo. **Dissertação** de Mestrado (Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores) -Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpcontent/uploads/2017/08/Let%C3%ADcia-Freitas.pdf>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 01 de Maio. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CAMPOS, Margarida; GALLINARI, Tainara. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. In: **Revista NERA**, Ano 20, n. 35. São Paulo: Presidente Prudente, 2017. pp.199-217.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. Brasília : IPÊ -Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Anais Brasília, 1994.

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. 3ª ed. São Paulo: Papirus. 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. (1983). **Extensão ou Comunicação?** (Traducción de RosiscaDarcu de Oliveira). 7ª ed. (1ª edición:1969). Rio de Janeiro: Paz e Terra .

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2001(Coleção Docência / saberes pedagógicos)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática**. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos F. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜDKE, Menga; André, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa é um momento único, cheios de incertezas, dúvidas e muitos questionamentos. Iniciamos com a sensação de que poderíamos responder nossa questão e que tudo seguiria um caminho reto sem tropeços, ao final desse estudo, posso afirmar que não é bem assim. Os caminhos vão seguindo de maneira que não controlamos suas curvas e retas, no meio do caminho vão surgindo novas provocações, imprevistos e descobertas, o que nos propõem outros estudos e reflexões.

Um dos nossos maiores desafios foi realizar essa pesquisa durante a Pandemia, escolas fechadas e professores e aluno em casa. A escola não ofereceu aulas virtuais, então, optamos em continuar com nossa pesquisa utilizando outros instrumentos para a construção dos dados. O que não diminuiu o rigor e não modificou nossos objetivos e provocações. Mesmo diante desses desafios, continuamos a caminhar e comprovar as inúmeras possibilidades que a pesquisa nos traz.

Retornando ao nosso objetivo geral que foi: analisar as tensões e potencialidades da interface entre Educação Ambiental e o ensino de Ciências no contexto da Educação Infantil chegamos à algumas questões que poderiam suscitar outras tantas.

Um grande desafio encontrado em nossa pesquisa foi que embora as leis que tratam sobre Educação e Meio Ambiente assinalem a necessidade do trabalho com a Educação Ambiental em todas as modalidades de ensino, ficou nítida a escassez de trabalhos e publicações sobre a Educação Ambiental na Educação Infantil.

Percebe-se também, por meio do levantamento feito em três principais eventos de ensino de ciências e biologia, que este tema se faz minoria dentro das publicações, o que nos direciona para a necessidade de novos estudos que ocorram nessa modalidade de ensino.

Constatamos ainda que, mesmo com um número reduzido de publicações, encontramos diversas possibilidades do trabalho com a Educação Ambiental na

Educação Infantil, como o uso da ludicidade, jogos, desenhos, áreas abertas como facilitadores de ações pedagógicas voltadas compreensão para essa modalidade de ensino.

Nota-se, por meio da análise dos documentos disponibilizados pela instituição pesquisada, que a nomenclatura “Educação Ambiental Crítica” não aparece nos projetos estudados, não sendo possível detectar a interface com o ensino de Ciências, a não ser por meio da realização do projeto interdisciplinar que ocorre na escola em apenas um momento do ano letivo, algo pontual.

O que fica evidente pelos achados é que, essa escola precisa reestruturar o seu PPP pensando num movimento de reconstrução com a participação dos representantes da comunidade, pais e professores, trazendo esses personagens para colaborar na discussão e formação social de seus educandos.

Inferimos também que a Educação Ambiental Crítica ganha destaque através do projeto desenvolvido pela instituição, mesmo não aparecendo no projeto “Educação Ambiental Crítica”, nota-se que existem indícios de possibilidades da realização de um trabalho mais voltado para as questões socioambientais mesmo que uma vez ao ano.

Diante do trabalho desenvolvido por essa pesquisa, percebe-se que existem possibilidades de que os alunos pertencentes a educação infantil, desenvolvam a capacidade de transformar o ambiente em que está inserido, por meio de pequenas ações, eles podem mobilizar seus familiares e comunidade a que pertencem. Para isso, necessitam na mediação de professores e escolas.

Os professores precisam entender a importância de um trabalho mais crítico, desde a Educação Infantil, contando com uma formação inicial e continuada que contribua com essas questões. Entendendo que esse ainda é um campo movido por algumas tensões, entretanto, com diversas possibilidades também.

O trabalho com a EI e a EA é apenas o início de um processo longo, até esta criança se constituir um cidadão crítico e com autonomia suficiente para compreender as necessidades reais da sociedade. Sabendo que, as mudanças não são de uma hora para outra e sim, por meio de um longo processo de sensibilização e conscientização do ser humano.

Diante de tudo que foi pesquisado, como desmembramento para futuras investigações, torna-se necessário saber como a direção e coordenação de tal escola possibilitam ou não a interface da Educação Ambiental com o ensino de ciências.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AZEVEDO, Letícia Freitas. As possibilidades de interface entre Educação do campo e a Educação ambiental: uma análise documental e as concepções das professoras de uma escola do campo. **Dissertação** de Mestrado (Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores) -Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpcontent/uploads/2017/08/Let%C3%ADcia-Freitas.pdf>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 01 de Maio. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996*.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRÍGIDA, I.G.P. ; PICCININI, L.C. Aprendendo a reciclar: um projeto de educação infantil. **ENPEC**. Campinas – São Paulo. 2021

CAMPOS, Daniela Bertolucci. Educação Ambiental na educação infantil: conhecimentos, valores e participação política no eixo de trabalho “natureza e sociedade” do RCNEI. VIII EPEA – **Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015.

CAMPOS, Margarida; GALLINARI, Tainara. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. In: **Revista NERA**, Ano 20, n. 35. São Paulo: Presidente Prudente, 2017. pp.199-217.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. Brasília: IPÊ -Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTO, a.r.o.; VIVEIRO, A.A. Educação Ambiental Crítica e Educação Infantil: Uma interlocução possível. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências** – XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de Julho de 2017.

COSENZA, Angélica.; MARTINS, Isabel. Os sentidos de “conflito ambiental” na educação ambiental: uma análise dos periódicos de educação ambiental. **Ensino, Saúde e Ambiente** – V5 (2), pp. 234-245, ago. 2012.

CRAIDY, Maria e KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CRUZ, A.C.S.; ZANON,A.M. Investigando a prática pedagógica de professores/as da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a presença da educação ambiental em uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS. VI Encontro “**Pesquisa em Educação Ambiental**” Cod. 0132-1. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. (1983). **Extensão ou Comunicação?** (Traducción de RosiscaDarcu de Oliveira). 7ª ed. (1ª edición:1969). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**. Anais Brasília, 1994.

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. 3ª ed. São Paulo: Papirus. 2007.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papirus, 2004. In: LAYRARGUES, P.P. Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do

Meio Ambiente. **Diretoria de Educação Ambiental**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25 – 34.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). **Pensamento Complexo, Dialética, e Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 72-103.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.17, n.1, p. 23-40. jan.-mar.2014.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2001(Coleção Docência / saberes pedagógicos)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática**. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

LIMA, G. F. da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145 - 163, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2, jul./dez. 2008.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, C.F.B. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas Teóricas para uma Educação Ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LÜDKE, Menga; André, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, L.A.L.; MATOS, E.M.; BOMFIM, A.M. Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil: um espaço promissor. **Revista da SBEnbio** - Número 7 - outubro de 2014.

RAMOS, J.O.; SILVA, S.N. Concepções de educação ambiental crítica de professores e da articuladora pedagógica de uma escola municipal do interior da Bahia. **revista práxis educacional**. v.17, n.45, p.411-427, abr/jun | 2021.

RIBEIRO, Â.M.; GRYSZPAN, D.; AGUIAR, S.K.E.; D'ALMEIDA, M.P.K. Educação Ambiental na Educação Infantil: aprendendo por meio das múltiplas linguagens. ENPEC. Campinas - São Paulo. 2011.

SAHEB, D.; RODRIGUES, D. G. A Educação Ambiental na Educação Infantil: limites e possibilidades. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2016

SANTANA, P.M.C; FREDERICO, I.B.; ALMEIDA, E.M.P. A criança e suas concepções de ambiente: o desenho e o diálogo como potenciais instrumentos de avaliação em projetos de Educação Ambiental. VI Encontro "**Pesquisa em Educação Ambiental**" A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-graduação no Brasil. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

SANTOS, Cauane Rocha. A abordagem de temas socioambientais como forma de articulação entre Educação Ambiental Crítica e Ensino de Ciências na percepção de professores no Ensino Fundamental. **Dissertação** de Mestrado (Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores)-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpContent/uploads/2019/07/Vers%C3%A3o-final-DISSERTA%C3%87%C3%83O-CAUANE.pdf>

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de Prática de Ensino**. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1961.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANE, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

SILVA, Leonardo Dias da. A Educação Ambiental em uma escola de Educação Infantil em São Paulo: Currículos e Práticas. **Dissertação** de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, p.171)

SILVA, Luana Santos. Natureza e infâncias: as diferentes experiências culturais. **VIII EPEA** - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 19 à 22 de Julho de 2015.

SILVA, S. N. **A BNCC da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: Políticas públicas, currículo, competências e Educação Ambiental**. Editora CRV. Curitiba, 2019.

SILVA, S.N.; LOUREIRO, C.F.B. O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil – Ensino Fundamental): os temas sustentabilidade / sustentável a partir da Agenda 2030. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **XII ENPEC**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019.

SOUTO, S.M.S. A reciclagem: aprendendo sobre a educação ambiental nos anos iniciais da educação infantil. VIII EPEA – **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio de Janeiro, 19 à 22 de julho de 2015.

SPOLAOR, F. A.; COSENZA, A. Problematizações Socioambientais: o que dizem os Projetos de Educação Ambiental elaborados e implementados por duas escolas da rede estadual de ensino pertencentes à jurisdição da SRE/Juiz de Fora. In: IX EPEA - **ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Christiana C. Criança da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88370, 2019.

TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e educação infantil. **Tese** de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-RIO, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C.; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 30, n. especial 3, p. 145-162, 2014.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TREIN, E. S. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro-RJ, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.